

«EXEMPLARES NOVELAS» E «NOVELAS EXEMPLARES»: OS PARATEXTOS DA FICÇÃO EM PROSA NO SÉCULO XVII*

MARIA INÊS NEMÉSIO**

UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM

ines_nemesio@hotmail.com

RESUMO: Seleccionando como corpus um conjunto de narrativas de ficção em prosa de considerável extensão, publicadas no século XVII, este artigo, intitulado «Exemplares Novelas» e «Novelas Exemplares»: os paratextos da ficção em prosa no séc. XVII, procura estudar o conjunto de paratextos que acompanham estas obras, prestando especial atenção a censuras e dedicatórias, passando pelos prólogos ao leitor, de forma a identificar redes de relações «clientelares» que contribuam para ajudar a perceber a circulação e «leituras» ao longo de Seiscentos. Estudar os paratextos, em relação com os textos, permite captar formas de legitimação da prosa de ficção, em contexto muitas vezes adverso do ponto de vista dos mecanismos censórios, contribuindo, também, para o estudo da actuação da instituição censória no século XVII, em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Paratextos, Novelas, Dedicatórias, Censura.

ABSTRACT: Selecting as corpus a group of fictional prose narratives of considerable length, published in the 17th century, this paper, entitled '«Exemplary novels» and exemplary novels: the paratexts of fiction during the 17th century' aims to study the group of paratexts which accompany these works, paying special attention to censorship and dedications, and also to prologues, so as to identify networks of «cliental» relationships which may contribute to aiding the understanding of the circulation and «readings» in the sixteen-hundreds. Studying the paratexts, in relation to the texts, allows for the detection of ways in which fictional prose was legitimised, many times in an adverse context, with regard to censorial mechanisms, also contributing to the study of the censorial institution in the 17th century in Portugal.

KEY-WORDS: Paratexts, Novels, Dedications, Censorship.

* Este estudo foi elaborado no âmbito do projecto de dissertação de mestrado em Literatura Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Zulmira Coelho dos Santos, e apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Junho de 2010 (Cf. NEMÉSIO, Maria Inês de Andrade e Castro Monjardino (2010) — «Exemplares Novelas» e «Novelas Exemplares»: os paratextos da ficção em prosa no século XVII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado). Agradeço à Professora Doutora Zulmira Coelho dos Santos a leitura e comentários críticos que fez à versão inicial deste texto e que, por conseguinte, conduziram à publicação do presente artigo.

** Investigadora do CITCEM e Bolseira de Investigação da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Introdução

Os paratextos¹ revestem-se de uma importância fundamental na compreensão global das narrativas que enquadram. A curiosidade suscitada pela interpretação dos mesmos, passando pela análise da sua materialidade, conduziu-nos à elaboração de um plano de investigação que pudesse servir de paradigma para uma reflexão que pretende estudar pormenorizadamente a forma como se estabelece, através dessas formas paratextuais, a relação de uma obra com o seu tempo e os seus leitores. Nelas procurámos as perguntas e as respostas para a forma como a leitura de um texto, restituído ao seu contexto, pode ser afectada pelas circunstâncias da publicação, pelas exigências das instituições que regem a produção literária e, ainda, pelo horizonte de expectativas de um público-leitor cada vez mais alargado.

1. A legitimação da ficção narrativa em prosa no século XVII e o problema da censura preambular: a definição de uma «tipologia» narrativa de carácter «oscilante»

Ao longo do século XVI a progressiva sistematização dos mecanismos censórios e o carácter «oscilante» de uma tipologia narrativa de difícil definição permitiu-nos estabelecer um campo de reflexão que neste estudo se restringiu ao século XVII e aos primeiros anos do século XVIII, tendo-se seleccionado um *corpus* restrito², posterior ao Concílio de Trento, compreendendo o período de 1601 a 1724, ou seja, entre a publicação de *A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo e de *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1724) do Padre Mateus Ribeiro, de molde a evidenciar formas de legitimação de uma

¹ Entenda-se aqui o conceito de paratexto tal e qual foi definido por GENETTE, Gérard (1982) — *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, p. 9: «Le second type (de relations [...] transtextuelles) est constitué par la relation [...] que, dans l'ensemble formé par une oeuvre littéraire, le texte proprement dit entretient avec ce que l'on ne peut guère nommer que son *paratexte*: titre, sous-titre, intertitre; préfaces, postfaces, avertissements, avant-propos, etc; notes marginales, infrapaginales, terminales; épigraphes; illustrations; prière d'insérer, bande, jaquettes [...]».

² Deste conjunto, que integra *A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo; *Lusitânia Transformada* (1607) de Fernão Álvares do Oriente; *A Paciência Constante. Discursos Poéticos em Estilo Pastoril* (1622) de Manuel Quintano de Vasconcelos; *Ribeiras do Mondego* (1623) de Elói de Sá Sotomaior; *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1625) de Gaspar Pires de Rebelo; *Alívio de Tristes e Consolação de Queixosos* (1648), *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681) e *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1692) [neste último caso a edição consultada foi a de 1724] do Padre Mateus Ribeiro; *Cristaes da Alma* (1673) e *Doze Novelas* (1674) impressas sob o pseudónimo de Gerardo de Escobar, na verdade Frei António de Escobar; e, por último a *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1682) do jesuíta Alexandre de Gusmão, prestámos menos atenção, por evidenciarem repetições, às duas novelas de Rodrigues Lobo que continuam *A Primavera – O Pastor Peregrino* (1608) e o *Desenganado* (1614), e também aos *Desmayos de Mayo em Sombras de Mondego* (1635) de Diogo Soares de Figueiroa, bem como aos *Campos Elísios* (1626) de João Nunes Freire, por integrarem paratextuais breves, face aos outros casos, sem nenhum argumento novo, embora os tenhamos em conta sempre que necessário.

«tipologia» narrativa marcada pelo seu estatuto «oscilante»³, e que muitas vezes foi objecto de críticas e apreciações negativas oriundas não apenas de sectores moralistas e com preocupações doutrinárias, mas também da área humanista, que lhe atribuía uma posição de menoridade no campo «literário» da época. Apesar da dificuldade imposta pela multiplicação de denominações atribuíveis a este tipo de ficção narrativa em prosa, enquadrá-la nos cânones «literários» da época, explorando o molde através do qual se define, nos paratextos, a poética do género romanesco, e em especial o da novela⁴, assumiu um lugar preponderante no quadro das nossas pesquisas.

Neste sentido, comecemos pelos prólogos ao leitor pois são um bom exemplo de como o autor e o leitor se fazem apresentar ou representar nos paratextos. O interesse manifestado nestas duas instâncias, para além de contribuir para o estudo das circunstâncias de produção de uma obra, poderá esclarecer também as condições de constituição do sentido do texto e do seu efeito possível. Não é por acaso que nos textos preliminares se manifesta a preocupação quanto à definição do público, aproveitando o autor para marcar a sua posição em relação ao acesso, maioritário ou minoritário, ao texto literário.

³ Acerca das oscilações terminológicas adoptadas para denominar as narrativas de ficção barrocas, vejamos os estudos de INFANTES, Víctor — *Tipologías de la enunciación literaria en la prosa áurea. Seis títulos (y algunos más) en busca de un género: obra, libro, tratado, crónica, historia, cuento, etc.* I, *Studia Aurea, Actas del III Congreso de AISO* (Toulouse, 1993), ed. de ARELLANO, Ignacio; PINILLOS, Maria del Carmen; SERRALTA, Frédéric; y VISE, Marc. Pamplona: GRISO-LEMSO, 1996, vol. III, p. 265-272; II, *Actas del XII Congreso de la AIG*, ed. de FLITTER, Derek W. Birmingham, 1998, vol. II, I, p. 310-318; III, *Actas del IV Congreso Internacional de AISO*, ed. ENTERRÍA, Maria da Cruz de. Alcalá de Henares, 1998, p. 845-855; IV, *Actas del III Congreso de la AIH*, eds. SEVILLA, Florêncio; y ALVAR, Carlos. Madrid, 2000, vol. III, p. 641-694; V, *Actas del V Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro*. Münster, 1999, p. 729-736; e *Nominar las caballerías*. In *Literatura Cavalleresca tra Itàlia e Spagna (Da «Orlando? Al Quijote?)*, *Literatura cavalleresca entre Espanya e Itàlia (Del «Orlando» al «Quijote»)*, dir. por GÓMEZ-MONTERO, Javier; e KÖNIG, Bernhard. Ed. al cuidado de GEMERT, Folke. Salamanca, 2004, p. 35-51. De não menos importância quanto a este assunto é o artigo de SANTOS, Zulmira Coelho dos (2004) — «Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do «prodesse ac delectare» na História do Predestinado Peregrino (1682) de Alexandre de Gusmão SJ [1629-1724]», *Actas do colóquio A Companhia de Jesus na Península Ibérica*, CIUHE; bem como as teses de FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Porto: Faculdade e Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado, p. 60-77; COSTA, Ana Cecilia (2007) — *Erudição e utilitas na Obra de Frei Lucas de Santa Catarina: [1660-1740]*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado, p. 79-104.

⁴ A definição do conceito de novela está intrinsecamente ligada ao estudo das formas em prosa no século XVII. Sobre os problemas de fluidez semântica que afectam o termo *novela* veja-se REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. (1990) — *Dicionário de Narratologia*. 2ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina. Para uma reflexão acerca da ficção narrativa em prosa, a primeira que em Portugal se fez não no âmbito da prática, da qual os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* (1575) de Gonçalo Fernandes de Trancoso são ilustrativos, mas sim no âmbito da teoria, aconselha-se a leitura da *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619) de Francisco Rodrigues Lobo, sobretudo os capítulos X e XI, respectivamente intitulados «Da maneira de contar histórias na conversação» e «dos contos e ditos graciosos e agudos na conversação». In LOBO, Francisco Rodrigues (1991) — *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*. Introdução, notas e fixação do texto de CARVALHO, José Adriano de Freitas. Lisboa: Editorial Presença, p. 198-225.

A poética e os preceitos que o autor adopta definem-se como tal pela relação que estabelece com os destinatários que ele mesmo escolhe ou exclui, decidindo quais são os leitores que terão o privilégio de ser seus receptores e quais são as intenções que justificam essa escolha⁵. O prólogo ao leitor apresenta e situa tanto o autor como o leitor, mas as aprovações contêm igualmente indicações preciosas que determinam a margem de maior ou menor liberdade no acto da leitura, numa época simultaneamente marcada pelo controlo ideológico da censura – a censura tripartida que, em Portugal, vigorou de 1570 (do ponto de vista da actuação sistemática⁶) até 1768 (data da criação da Real Mesa Censória pombalina, em que a censura «tripartida» se altera) –, pelo alargamento do público-leitor e, sobretudo, pelo papel mais activo que este último passou a exercer na actividade do autor. No caso da novela, para usar uma designação que o século XVI português não usou, mas que se tornou corrente depois da publicação das *Novelas Ejemplares* (1613) de Cervantes, a recepção favorável ou não de um livro por parte dos leitores influenciou a orientação do género em si e o estilo próprio de cada autor em particular. O mesmo se poderá dizer da acção exercida por impressores e editores que preferiam reeditar uma obra com sucesso do que patrocinar uma outra totalmente desconhecida e a ser publicada pela primeira vez.

A participação dos mecenas no processo editorial de uma obra seiscentista coloca-se igualmente nestes termos. Ainda que existissem boas relações entre os autores e os seus mecenas, a verdade é que os patrocínios dependiam da rentabilidade que as obras poderiam vir a ter uma vez publicadas e resultavam também do tipo de relação «clientelar» existente entre o «protector» e o «protegido». Deste modo, a nova dimensão comercial do livro condicionou o aparecimento de formas inovadoras e perpetuou padrões de escrita e de leitura, sublinhando, por outro lado, a precariedade da vida dos autores, a maioria cavaleiros, fidalgos ou pertencentes a uma nobreza sem títulos, e revelando a sua «submissão» ao mecenato.

Confrontando as opiniões dos autores, expressas nos prólogos ao leitor, e as opiniões dos censores, enquanto leitores, expressas nas suas aprovações, foi possível determinar o alcance dos diferentes géneros romanescos e, em

⁵ Mas, para definir o leitor, o seu destinatário, o autor terá inicialmente de se definir enquanto entidade. Sobre esta questão cf. CAYUELA, Anne (1996) — *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*. Deuxième Partie: «Instances de l'auteur et lecteur dans les paratextes». Genève: Lib. Droz, p. 131-199. E ainda RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario e del narratorio en la picaresca. ¿Texto o paratexto?* In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Madrid: Collection de la Casa Velásquez (111), p. 151-165.

⁶ Dicionario storico dell' Inquisizione (2010). Diretto da PROSPERI Adriano. Pisa: Edizioni della Normale Superiore di Pisa, 4 voll.

particular, o da novela. As obras do século XVII (e também do século XVIII, até 1768) integram traços concretos do processo administrativo a que eram submetidas antes de publicadas. Nelas surgem as aprovações ou censuras do Santo Ofício, do Ordinário, por vezes da Ordem Religiosa a que pertencia o autor, bem como a Licença de Impressão final, depois da aprovação do Paço, do Privilégio, da Errata e da «Tassa» ou «Taxa». De acordo com as regras da censura preambular, a imparcialidade e o anonimato do censor deviam ser mantidos até à data da publicação da obra. No entanto, estas regras foram muitas vezes infringidas como o provam pequenas anotações existentes em paratextos de alguns livros publicados no século XVII. Quer isto dizer que as relações estabelecidas entre autores e censores, em locais como as academias, tropeçavam, por vezes, na benevolência com que os segundos analisavam as obras dos primeiros. Frequentemente as escolhas dos censores eram «ad hoc», sendo que a troca de delicadezas entre autor e censor nos textos preliminares e a existência de poesias laudatórias nas obras publicadas surge como evidência desta situação, mostrando a importância dessa poesia preambular na prova da existência de relações clientelares que, em Portugal, precisam ainda de muita atenção. A alegada «permissividade», muito difícil de provar, dos censores quanto à concessão de Licenças de Impressão podia ainda estar ligada a uma questão de promoção ou prestígio do próprio censor, que assim sendo via o seu nome impresso e divulgado na obra a publicar.

Explicitamente documentada nos paratextos das obras de Seiscentos, o problema da censura preambular não deixou de se manifestar no corpo do texto propriamente dito, sendo por isso objecto de tratamento ficcional⁷. Com a suspensão das Licenças de Impressão entre 1625 e 1634, inicia-se uma fase em que a publicação de obras consideradas de entretenimento se torna limitada, embora seja muito difícil avaliar a quantidade de textos que, eventualmente, teriam circulado manuscritos. A tomada de consciência do perigo representado pelas novelas quanto à camada mais jovem da sociedade não surgiu de repente; ganhou expressão com os discursos dos moralistas do século XVI⁸ e adquiriu

⁷ Neste sentido, os trabalhos de César Freitas e Ana Costa, mencionados já na nota de rodapé n.º 4, são bastante elucidativos.

⁸ Um bom exemplo desta questão poderá ler-se em FERREIRA, Frei Bartolomeu (1983) — «Avisos e Lembranças», no *Catálogo de livros proibidos* de 1581. In *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa: INIC, p. 637-638: «Encomendamos a todas as pessoas que se abstenham da lição dos livros em que há desonestidades ou amores profanos, porque, além do tempo que na lição deles se perde, fazem muito dano e prejuízo às consciências, e ensinam e movem muitos vícios, e communmente há neles louvores muito desordenados e excessivos das criaturas, e encarecimentos e nomes blasfemos. E se as más palavras corrompem os bons costumes, como diz São Paulo, que farão as escritas nos livros, que são de mais dura, principalmente dizendo o Catálogo Tridentino, na Regra sétima, falando dos tais livros, que não somente se há-de ter conta com o que faz dano à Fé, mas também com o que faz prejuízo aos bons costumes. E se nos tais se acham porventura algumas poucas cousas boas, ficam muito custosas, a troco de muitas más que têm,

lugar escrito nos paratextos de algumas obras publicadas já no século XVII. A verdade é que se alguns géneros literários desapareceram quase por completo durante esses nove anos, outros, como é o caso da novela, adquiriram novas formas de expressão e apresentação de modo a não deixarem de ser divulgados já que não só os leitores continuavam a exigir o seu aparecimento, como também muitos eram os autores que se recusavam a aceitar tal imposição⁹. A adoção de uma orientação ética e, sobretudo, moralizante, muitas vezes claramente «espiritual»¹⁰, mesmo que apenas nas intenções expressas nos paratextos das obras de ficção em prosa, foi uma das estratégias sobre as quais mais nos debruçámos ao longo deste estudo¹¹. Exemplaridade e moralidade passaram a estar na ordem do dia com a introdução do binómio horaciano, *prodesse ac delectare*, em livros que embora propusessem aventuras e peripécias, pedidos pelo público-leitor, veiculavam exemplos que concorriam para a manutenção do «decoro» e dos bons costumes passando como tal pelas malhas da censura. É sobretudo nas novelas ditas «exemplares» que se insiste na função moralizadora desta literatura deleitosa, constatando-se que, na construção do texto, o recurso à alegoria como forma de expressão passou a ser indispensável para a concretização do duplo fim

que fazem dano; e não é prudente quem de aventura tomar uma jóia, por preciosa que seja, das unhas de um fero e bravo leão. El-rei David não quis beber a água da cisterna de Belém por ser perigosa e arriscarem a vida os cavaleiros que a foram buscar, posto que o primeiro a desejasse muito. Nem os homens haviam de ler livros prejudiciais pelo perigo e risco a que se põem lendo-os. E não há cousa boa nos tais livros que se não ache melhor nos bons».

⁹ Testemunho do escasso emprego do termo novela e da proliferação de denominações para as obras de ficção em prosa é a obra de Bernardim Ribeiro. Na edição de Ferrara de 1554, a *Menina e Moça* é designada como «Hystoria», enquanto, na edição de Évora de 1557-8, se apresenta como «livro chamado as saudades de Bernardim Ribeiro» e, nos testemunhos manuscritos, «Tratado de bernaldim Ribeiro», no Manuscrito da Real Academia de Historia de Madrid (datado de finais do século XVI) e «saudades de bernardim ribeiro» no normalmente apelidado «Manuscrito da Biblioteca Nacional» ou «Manuscrito Asensio/Pina Martins». Para além da bibliografia já sugerida acerca dos problemas suscitados pela «oscilação» de «nomenclaturas» atribuíveis à ficção narrativa em prosa no século XVII, consulte-se ainda, no âmbito da dificuldade do seu enquadramento nos cânones «literários» da época, o estudo introdutório de MARTINS, José Vitorino de Pina (2002) — *História de Menina e Moça*. Reprodução facsimilada da edição de Ferrara, 1554. Estudo introdutório de José Vitorino de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, bem como RIBEIRO, Bernardim e FALCÃO Cristóvão (1923) — *Obras I – II*. Nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire, com uma introdução por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra: Imprensa da Universidade. Ver ainda JÚNIOR, António Salgado (1938) — *O Livro da Menina e Moça*. Lisboa: Tipografia Gráfica Lisbonense. E, do mesmo autor, *A «Menina E Moça» e o Romance Sentimental no Renascimento*. Aveiro: Gráfica Aveirense, 1940. Sobre a «sobrevivência» da palavra novela nos títulos das obras postcervantinas leia-se ZERARI-PENIN, Maria (2009) — *Variaciones sobre algunos títulos del siglo XVII*. In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel, eds. — *Paratextos en la literatura española (siglos XI-XVIII)*. Ed. cit., p. 237-250.

¹⁰ FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 65 e seguintes.

¹¹ Acerca das estratégias adoptadas para fugir à apertada vigilância da censura consulte-se o estudo de CAYUELA, Anne (1996) — *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*. Première Partie: «Autour du Texte», Chapitre Premier: «La législation du livre, I-5 La suspension des licences d'impression de 1625 à 1634». Ed. cit., p. 35-54.

da poesia, acrescentando ao deleite a lição instrutiva mais eficaz e aceitável pela sua dissimulação¹².

No quadro de todas estas considerações que revelam um panorama complexo e com base na opinião apresentada por Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Freitas Carvalho, em *História Crítica da Literatura Portuguesa*, da ficção narrativa em prosa produzida durante os períodos maneirista e barroco em Portugal consideraremos apenas as novelas relativamente extensas, «excluindo os relatos curtos, simples exempla dificilmente designáveis de contos, que proliferaram em obras de natureza doutrinária e moral»¹³. Como explicam os referidos autores, «Esta exclusão [que aqui subscrevemos] baseia-se no facto de tais relatos não constituírem textos autónomos, embora possam ser isolados, mas de estarem integrados em obras em relação às quais desempenham uma função ancilar: são instrumentos de demonstração de ideias, de exemplificação de doutrinas, com a função explícita de persuasão dos destinatários»¹⁴. São textos que se apresentam como *exempla* retóricos na sua natureza e função. Acresce ainda que raramente são tidos por narrativas de ficção (e tal só ocorre quando se tratam de fábulas ou apólogos), «pois o exemplum colhe grande parte da sua capacidade persuasiva no facto de ser dado a conhecer como relato de factos realmente ocorridos»¹⁵. Importante é então sublinhar que o pacto de leitura¹⁶ que preside à leitura da narrativa ficcional não funciona em relação ao *exemplum*, sob pena deste perder o seu efeito de persuasão. Por conseguinte, a formulação do problema da função do texto literário parece não se ter ainda libertado nesta época do binómio horaciano *prodesse ac delectare*. A função edificante e moralizadora desta literatura deleitosa, sobretudo das «novelas exemplares», é referida pelos autores e é destacada no parecer dos censores¹⁷, que

¹² Embora mais para o século XVIII, ver RAMON, Micaela (2007) — *A Novela Alegórica em português dos Séculos XVII e XVIII. O Belo ao Serviço do Bem*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

¹³ PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas (2001) — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. [Maneirismo e Barroco]. Lisboa: Verbo, vol. III, p. 339.

¹⁴ PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Ed. cit., p. 339.

¹⁵ PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Ed. cit., p. 339.

¹⁶ Sobre o pacto de leitura estabelecido entre o autor e os seus destinatários nos prólogos ao leitor ver RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto?* In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Ed. cit., sobretudo p. 151-153.

¹⁷ Repare-se no que diz Fr. João dos Prazeres no seu parecer ao *Serão político* de Frei Lucas de Santa Catarina: «Senhor | Por ordem de Vossa Majestade reví este livro intitulado *Serão político* composto por Félix da Castanheira Turacém. De três sermões se compõe este volume, e muitas novelas exemplares formam o político de Serões. Não foi ociosa a ideia de seu autor nem infrutífera a curiosidade dos leitores. As novelas, da mesma sorte que as fábulas, foram as advertências de que se valeram muitos sábios para a introdução de seus conselhos, fingindo os sucessos acomodados ao génio dos ouvintes para disporem atentos e afeiçoados, e assim entre o saboroso da ficção introduziam o amargo da verdade. A importância da exortação entranhada

nela fundam geralmente a sua opinião favorável à publicação destes textos¹⁸. É neste contexto que se devem sublinhar as palavras de Gaspar Pires de Rebelo que, tal como muitos outros do seu tempo, afirmou que as novelas

[...] *ao mesmo tempo que deleitam também ensinam, que o essencial de toda a história e o alvo a que tirou sempre o intento do autor, assim nestas como nas passadas, as quais deleitando os entendimentos com os enredos, com as sentenças e com as palavras bem colocadas, também atraem as vontades com o exemplo que delas se tira, se é que quem as lê se quiser aproveitar*¹⁹.

Em função do exposto e do *corpus* reunido neste estudo, a primeira questão a colocar será a de esclarecer os critérios que determinam a inclusão, num mesmo subgénero, de textos tão diferentes como acontece, por exemplo, com as *Novelas exemplares* (1650) de Gaspar Pires de Rebelo ou com as *Doze Novelas* (1674) de Gerardo de Escobar, pseudónimo de Frei António de Escobar, ambas directamente ligadas ao conjunto de novelas que Cervantes publicou em 1613 com o título *Novelas ejemplares*, bem como com a obra *Alvío de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648) de Mateus Ribeiro²⁰, que apresenta uma organização narrativa diferente das outras duas. Antes de mais, impõe-se um critério de natureza funcional, uma vez que estas obras reivindicam uma função *exemplar*, pretendendo funcionar como orientadoras de comportamentos a seguir ou a evitar. Se uma obra como *Alvío de Tristes, E Consolação de Queixosos* pode ser considerada como novela *exemplar* é pelo facto de, na sua estrutura, depararmos com a acumulação de *exempla* retóricos, colhidos na História e na Bíblia; *exempla* cujo relato se insere numa linha narrativa unificada pela conversação entre um peregrino e um ermitão em cuja companhia caminha.

No entanto, esta função, que seria o denominador comum das obras

no mesmo divertimento é anzol que, escondido entre o cibo, prende ao peixe mais liberto, e fogo que consome ao mesmo pedernal donde saiu. São amorosas todas as novelas deste livro, mas exemplares, porque doutrinal o fim a que as termina seu autor, mostrando na variedade dos enredos a inconstância dos afectos humanos e persuadindo no engano dos amantes a falsidade do amor do mundo, com que, sendo empenho deste autor matar ao inimigo com suas próprias armas, destruir os vícios com as mesmas armas de seus vícios, me parece digno da licença que pede. | Vossa Majestade mandará o que for servido | São Bento da Saúde, 29 de Junho de 1696». In SANTA CATARINA, Frei Lucas de (1704) — *Serão Político, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*, por Felix da Castanheira Turacém. Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes.

¹⁸ Sobre a formulação do problema da função do texto literário, à época marcado pelo binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, concorrendo para a sua legitimação, passando por questões ligadas à «exemplaridade» (*exempla* retóricos e *exemplum* medieval), à *autoritas* e à *imitatio vitae*, veja-se o estudo de FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 64-69.

¹⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1650) — «Prólogo aos leitores por um particular amigo do Autor». In *Novelas exemplares*. Lisboa: por António Alvares.

²⁰ Cf. FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 60-77.

incluídas neste subgénero, nem sempre é evidente para o leitor. A análise desta questão passa também pela perspectiva adoptada no momento da produção dos textos, ou seja, pela função mais ou menos explícita, correspondente à intencionalidade do autor. Teremos assim de distinguir entre uma exemplaridade claramente apreendida como tal pelo leitor e uma exemplaridade que, embora correspondendo a uma intencionalidade explícita do autor, não deixa de constituir motivo de dúvidas e interrogações para o leitor. Neste sentido, devese-á ainda ter em conta a perspectiva da recepção dos textos, isto é, a função atribuída a essas narrativas pelos receptores e as atitudes de leitura assumidas perante as mesmas; caracterizam-se estas, precisamente, pela atenção prestada a esta dupla função. Daí que juízos de valor, enformados por critérios de natureza ética, se dividam durante este período.

À atitude de desconfiança por parte dos moralistas mais severos ou rigoristas, como o Padre Manuel Bernardes²¹, perante a narrativa ficcional respondem os seus autores ou justificando a sua escrita como fruto de devaneios juvenis em relação aos quais marcam prudente distância²² ou, é este o gesto mais frequente, acentuando, tanto em textos preambulares como em juízos emitidos ao longo das obras, a sua dimensão moralizadora, o seu carácter de sãs doutrinas morais. Este facto leva-nos a crer que estes textos devem também ser lidos como réplica a essa atitude de desconfiança, como defesa, por parte dos seus autores, da literatura de ficção no mesmo plano em que era atacada: o plano moral. Por isso declaravam insistentemente a utilidade destas novelas não só pelas lições morais que veiculavam, como pelo deleite que proporcionavam, pois tal deleite, constituindo alívio para o espírito, contribuía para o equilíbrio psíquico dos leitores. Os testemunhos mais claros deste tipo de recepção encontramos-os em pareceres de censores que apontam o «entretenimento honesto» (*Campos Elísios*)²³, a «matéria honesta» e «ficções agradáveis» (*Ribeiras*

²¹ BERNARDES, Pe. Manuel — *Armas de Castidade*. Porto: Lello & Irmãos Editores, s/n, p. 196-197. Nesta obra aborda o autor os perigos da matéria tratada pelos livros profanos: «Primeiramente, os livros que tratam de matérias pouco honestas, ainda que falem com estilo ornado e palavras compostas, sempre inculcam coisas torpes e geram na fantasia e coração pensamentos e desejos indignos da presença de Deus, que os está vendo; e fazem que gostando o leitor da fábula, queira gostar da realidade, e celebrando o conceito discreto, se lembre melhor da impureza nele significada». A esta questão era Bernardes particularmente sensível quanto à educação feminina.

²² A título de exemplo leia-se o que nos diz Manuel Quintano de Vasconcelos no prólogo ao leitor da edição *princeps* (1622) d' *A paciência constante*: «Estímulos iuuenis (docemente tirannos da vontade) guiarão o entendimento na humilde composição deste liuvrinho, que agora cultiuado (se bẽ parto de seu áspero principio) beneuolo Lector vos offereço». In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Introdução, edição e notas de António Cirurgião. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 119. (Biblioteca de Autores Portugueses).

²³ Exemplifica-se este caso citando o juízo de Fr. Thomas de S. Domingos à publicação d' *Os Campos Elísios* (1626) de João Nunes Freire: «Vi este liuro intitulado campos Elysios, composto por Ioaõ Nunez Freire, nelle não acheý cousa algũa contra nossa santa Fè, ou bons costumes. He muito curioso, & no género de fingidos

do *Mondego*)²⁴ como sendo a utilidade moral destas narrativas, apesar do seu carácter deleitoso, ou exactamente devido a esse mesmo carácter. E não esqueçamos que só as obras que foram objecto de pareceres deste tipo puderam ser impressas. Por isso dificilmente encontramos hoje documentadas reacções negativas a textos concretos. Destaque-se, como exemplo curioso do conflito de atitudes perante esta literatura de ficção, os diferentes juízos críticos que encontramos documentados acerca do *Serão político*²⁵ de Frei Lucas de Santa Catarina: o prólogo, atribuído a um amigo do autor, insiste na utilidade da obra, associada ao seu carácter deleitoso; o parecer dos censores é positivo, insistindo um deles (Frei João dos Prazeres) na sua função exemplar e doutrinal; um documento inédito existente na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, da autoria do cónego João Maciel, censura violentamente a imoralidade das narrativas contidas nesta obra considerada escandalosa na pena de um autor eclesiástico como era Frei Lucas de Santa Catarina (que, aliás, publicou esta obra com o pseudónimo anagramático de Félix Castanheira Turacém).

É difícil ao leitor de hoje compreender o sucesso que estas narrativas tiveram no seu tempo, a adesão entusiástica dos leitores da época expressa nas relativamente numerosas edições que quase todas elas tiveram. Veja-se, a título de exemplo, o êxito editorial alcançado nos séculos XVII e XVIII pelas obras de Gaspar Pires de Rebelo (*Infórtúnios Trágicos da Constante Florinda*, seis edições da 1.ª parte e quatro da 2.ª; *Novelas Exemplares*, seis edições) e do Padre Mateus Ribeiro (*Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*, seis edições). Só a consideração dos valores literários, sociais e morais que dominavam a mentalidade da época e

amores pastoris dos mais honestos que atee agora vi; porque assi trata estas galantarias dos pastores, & pastoras, que a ninguém dá matéria de lascivos pensamentos, antes entretém com algúas humanidades poéticas, & historias: & pois se permittem tantos liuros de pouco artificio, & quasi nenhum proveito, este que vay tam cheo de historias, & poesias me parece que pôde sair a luz, pèra entretenimento dos que honestamente gastam algum tempo em ler liuros profanos, que em fim tudo ajuda a bem se filosofar, quando a liçam do profano he bem ordenada, & fora de toda obscenidade, como hé a presente obra. Em S. Domingos de Lisboa, o primeiro de Novembro de 625. | Fr. Thomas de S. Domingos Magister». In FREIRE, João Nunes (1996) — *Os Campos Elísios*. Introdução, edição e notas de António Cirurgião. Lisboa: Instituto da Biblioteca e do Livro, p. 123.

²⁴ Em 1622 escrevia Fr. Thomas de S. Domingos, nas Licenças de Impressão às *Ribeiras do Mondego* (1623) de Elói de Sá Sotomaior: «Vi este liuro intitulado Ribeyras do Mondego composto por o Licenciado Eloyo de Sá Soto mayor, não tem cousa que faça impedimento a se poder imprimir; porque inda que a matéria he de amores prophanos, & pastoris, contudo he honesta, & não tem cousa, [que] offenda os bõs costumes, antes he muy curiosa, & de agradavel entretenimêto em brando, & elegante estylo vaõ ordenados os enredos das hystorias, [que] trata, ao modo poetico, & pastoril cõ ficções aprasiueis, em verso, & em prosa. Pelo que julgo que o liuro ferá a todos de honesta recreaçã. Em S. Domingos de Lisboa 8. de Nouembro. de 622. | Fr. Thomas de S. Domingos. | Magister». In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Nova edição, revista e prefaciada por Martinho da Fonseca da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. XIX. (Biblioteca de Escretores Portugueses, série C).

²⁵ SANTA CATARINA, Frei Lucas de (1704) — *Serão Politico, Abuso Emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*. Ed. cit., cf. prólogo e licenças. Ver COSTA, Ana Cecília Machado da (2007) — *Erução e utilitas em Frei Lucas de Santa Catarina: [1660-1740]*. Ed. cit. p. 72-78.

condicionavam as expectativas dos leitores permite compreender a sua recepção. E, ainda que o interesse por estas obras se tenha vindo a alterar, sobretudo na segunda metade do século XVIII, apesar de algumas permanências, não deixa de ser pertinente interrogarmo-nos acerca da sua sobrevivência no século XIX, nomeadamente quanto às marcas de leituras que se perpetuaram²⁶.

2. Das relações existentes entre os agentes implicados no processo editorial das obras publicadas em Seiscentos

Alcançada e ultrapassada esta fase embrionária, focalizámos os nossos esforços na leitura atenta dos paratextos da produção ficcional em prosa correspondente ao lapso de tempo acima indicado, a que nos obrigou o estudo almejado. O aparecimento e o desenvolvimento da imprensa tornaram inevitável a entrada no mundo do livro no aspecto material da sua produção editorial, insistindo em aspectos como as condições em que se operava a escolha do texto, frequentemente objecto de cópias diferentes, muitas vezes de circulação manuscrita prévia, a sua publicação e distribuição, passando pelos agentes envolvidos neste processo: o autor, o «mecenas», o «dedicatário(a)», nem sempre coincidente com este último, o censor, o editor e o impressor (que podiam ser a mesma pessoa) e, por fim, o leitor. A progressiva transformação da escrita em objecto de leitura condicionou o estabelecimento das relações entre estas entidades e conduziu, em muitos casos, ao registo das suas ligações nos próprios paratextos das obras publicadas ao longo de todo o século XVII

Assim sendo, concedemos particular atenção aos textos preliminares, entre prólogos, dedicatórias, pareceres e licenças, pelo que desvendam não apenas das intenções dos seus autores e das considerações dos censores, mas também pelo que revelam das condições de produção e de leitura da época em que se enquadram. Como tal, é importante relembrar que a orientação dos autores, dos editores, dos censores e dos «amigos» dos autores permite levantar dois tipos de pressupostos adquiridos antes da leitura do texto. São esses pressupostos a manifestação de um conhecimento e de uma expectativa que fariam parte do universo literário do período em causa. Consequência directa do êxito editorial alcançado pelas *Novelas ejemplares* (1613) de Cervantes, o carácter exemplar das novelas que aqui estudamos acaba por se tornar num tópicos que ecoa nos diversos paratextos deste género narrativo, seja para os autores legitimarem a sua obra e assim se porem a coberto de censuras, seja para estabelecer horizontes de expectativa que cativem os seus leitores²⁷.

²⁶ SANTOS, Zulmira Coelho dos (2001) — Estudo introdutório à edição de Teodoro de Almeida, *O Feliz Independente*. Porto: Campo das Letras.

²⁷ Sobre este assunto cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (1996) — *Xadrez de Palavras. Estudos de literatura barroca*. Lisboa: Edições Cosmus.

2.1. A alegoria como representação de um «disfarce»

Neste sentido, não podemos deixar de ter em conta a ficção romanesca que inclui o subgénero narrativo representado pelas novelas alegóricas, já que a partir da década de 80 de Seiscentos se começou a desenvolver a produção de ficção alegórica com um carácter exemplar, moral e doutrinário que em diversas entrelinhas já se encontrava ilustrado nas novelas pastoris de inícios do século XVII²⁸. Influenciando a criação da ficção de entretenimento, de aventura e de exemplo, pela intensificação da intenção alegórica revelada tanto nos textos preliminares como no corpo das narrativas, a presença da alegoria na ficção narrativa em prosa do maneirismo e do barroco «assente na ficção, em determinado contexto de produção e de leitura» passou a implicar «um processo subentendido tanto da parte do escritor como do leitor»²⁹. Como tal, se a função exemplar, enquanto denominador comum das obras incluídas no subgénero narrativo representado pelas novelas exemplares, nem sempre é evidente para o leitor, então, a perspectiva adoptada no momento da produção do texto determinaria uma função de exemplaridade mais ou menos explícita, de acordo com a intenção do escritor. Esta situação, que privilegia a dimensão moral e opta não raras vezes pela representação alegórica, advém de duas questões relevantes no panorama poético do maneirismo e do barroco, relacionadas com a função e a recepção dos textos. Em primeiro lugar, a dupla função da literatura ocupava ainda um lugar de destaque na atenção e nas preocupações tanto dos autores como dos leitores. Deste modo, a obra deveria servir, em simultâneo, o *prodesse* e o *delectare*, a moralização e o deleite ou entretenimento. Em segundo lugar,

²⁸ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Viseu: Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa. Tese de doutoramento, p. 154: «(...) as novelas pastoris contêm no seu universo narrativo episódios de carácter alegórico. Mas neles a alegoria não constitui o elemento central da sua construção narrativa (...). Tais elementos episódicos da novela pastoril constituem páldias imagens do que foi a construção narrativa alegórica desenvolvida posteriormente». Ainda assim, essas «páldias imagens» dão-nos já algumas pistas relativamente à função exemplar desencadeada pelo uso da alegoria. Esta afirmação tem por base a seguinte anotação da mesma autora: «No volume dedicado aos períodos literários do Maneirismo e do Barroco da *História Crítica da Literatura Portuguesa*, encontramos o estabelecimento de uma tipologia da «prosa narrativa de ficção» que subscrevemos e que lemos transversalmente no sentido de descobrir o peso dado à alegoria em cada uma das categorias estabelecidas». In AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Ed. cit., p. 154 e 155. Nesta tipologia são consideradas as novelas de cavalaria, as novelas pastoris, as novelas alegóricas, as novelas sentimentais e as novelas exemplares. Assim, tratando das novelas pastoris, afirma-se como «igualmente relevante é a presença de elementos alegóricos, com função de representação de realidades morais [que apontam para uma clara função edificante], em quase todas as novelas» (A possibilidade alegórica nas novelas pastoris, e em todas as outras, excepção feita no caso das alegóricas, deve ser entendida em termos temáticos e não em termos estruturantes). In PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de Freitas (2001) — *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Ed. cit., p. 339.

²⁹ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo e do Barroco*. Ed. cit., p. 4.

observa-se uma alteração da importância dada à verosimilhança de inspiração aristotélica que, no âmbito da narrativa ficcional em prosa, é substituída pela força da fantasia e da imaginação, se bem que, um pouco diferentemente do que acentua Sara Augusto³⁰, seja preciso não esquecer que a centralidade evocativa e transformadora da metáfora provém, em muito, dos comentaristas de Aristóteles do século XVII³¹. A questão que agora se coloca reside fundamentalmente em descobrir as coordenadas que nos permitem ler essas mesmas narrativas como alegorias representativas de realidades morais e exemplares a veicular a um público-leitor cada vez mais abrangente. A procura de uma resposta para esta questão passará pela reflexão do contexto de produção e de leitura das obras e das expectativas criadas pelo autor e de imediato identificadas pelo leitor, a partir dos prólogos que antecedem as narrativas e que procuram definir o quadro da sua leitura.

O jogo da dicotomia entre a função e a recepção das obras ficcionais em prosa foi sendo minuciosamente analisado nos seus paratextos. A revelação de tal consciência teórica está mais presente nos prólogos das obras do período barroco do que nas novelas pastoris da época maneirista. O importante é considerar aqui as convenções adoptadas nos diversos subgéneros da novela barroca, partindo do pressuposto que a construção alegórica se apoia e se torna possível no âmbito de um conjunto ordenado de permanências e continuidades. A leitura alegórica só se torna possível através de um cenário reconhecível para os leitores. E semelhante reconhecimento só se concretiza mediante uma repetição constante e assídua de formas e temas que se constituem ou que se vão constituindo como tradição e convenção. Atente-se, contudo, que a consciência da presença de um «disfarce» reconhecível pelo leitor não pode nem deve ser confundido com alegoria. A representação desse «disfarce» poderá sim concretizar-se em alegoria, mas sempre em episódios bem determinados. No âmbito da defesa da ficção narrativa de entretenimento e dos seus autores, esta questão anda a par das discussões coevas acerca da leitura de «Livros de história verdadeira» e «Livros de cavalarias fingidas» e, naturalmente, da necessidade de tratar matérias graves e honestas de forma agradável e lúdica, para que nada de censurável se pudesse encontrar em tais narrações³².

Os prólogos da trilogia de Francisco Rodrigues Lobo, nomeadamente o d'A *Primavera* (1601) que integra o nosso *corpus* textual, pouco adiantam sobre este

³⁰ AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins (2004) — *A Alegoria na Ficção Romanesca do Maneirismo do Barroco*. Ed. cit.

³¹ Ver o recente estudo de SANTOS, Zulmira Coelho dos (2009) — *Algumas notas sobre o «amor», o «desengano» e o artifício nas obras métricas (1665) de D. Francisco Manuel de Melo*. «Revista de Estudos Ibéricos – Península», n.º 6, p. 121-130.

³² LOBO, Francisco Rodrigues (1991) — *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*. Ed. cit., p. 198-225.

assunto. É no prólogo aos leitores do «Discurso sobre a vida e estilo dos Pastores» que este mesmo autor manifesta ter consciência do disfarce pastoril como convenção dominante nos universos ficcionais narrativos da literatura pastoril:

Aquí, curioso leitor, vos ofereço pratica e estilo de pastores, doutrina verdadeira de avisados: não pímulas douradas, víboras entre flores, nem veneno em vaso rico: antes pelo contrario diamantes por lavar, pérolas em a sua concha, e, em lugar de mentiras enfeitadas, verdades honestas. Não estranheis logo ouvir rústicos Filósofos, e avisados Aldeãos; que o que representa na comedia a figura do Rei não o pode parecer em tudo, nem o Cortesão representar em tudo a natureza do Lavrador. E assim como na arte do pintar representam as cores diferentes o natural de uma figura, e a forma dela, a substancia, e a tenção, para que foi figurada, que é a parte principal da obra; assim o que nesta minha não parecer que representa o modo dos Pastores, com a viveza, e termo que convém, atribuí ao intento, que é mostrar debaixo de seu burel, e com suas palavras, a condição dos vícios e o sossego das virtudes³³.

No «Prólogo aos Leitores» da *Lusitânia Transformada* (1607) de Fernão Álvares do Oriente, o livreiro Domingues Fernandes, que conduziu a edição póstuma da obra, depois de tecer uma série de louvores aos efeitos da utilização da língua portuguesa, e de acrescentar que em *Lusitânia Transformada* se mistura o estilo pastoril com outro de maior valor, relembra o seguinte a todos aqueles a quem esta conjugação parecesse retirar mérito ao estilo pastoril:

*E se parecer a bons juizos, que guardou mal o decoro ao estilo pastoril, misturando com ele outro que parece mais alevantado, lembro-lhe que o faz recontando acontecimentos do mundo por pastores disfarçados, os quais, tomando de emprestados aos campos, por pastores, ribeiros que os fertilizam, flores que os esmaltam, arvoredos que os enobrecem, fizeram mais aprazíveis seus conceitos, e sentimentos, e por disfarçados ficaram também, na largueza do estilo, com mais licença; motivo que tomou o autor destas transformações para dar a esta obra o título d'*Lusitânia Transformada*³⁴.*

Disfarçado fica também o estilo e o motivo que conduziram Fernão Álvares do Oriente a proceder a tais transformações para dar à sua obra o título acima já citado. E, de igual modo, assim se demonstra a eficácia do artifício pastoril na

³³ LOBO, Francisco Rodrigues (1774) — *Discurso sobre a vida e estilo dos Pastores*. In *Obras Politicas e Pastoriz de Francisco Rodrigues Lobo*. Lisboa: por Miguel Rodrigues, Tomo IV, p. 242-243 (o último período deste excerto aparece sublinhado pelo autor).

³⁴ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Introdução e actualização de texto de António Cirurgião. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 10.

transmissão de elevados conceitos.

Reiterando o mesmo princípio, n'*A Paciência Constante* (1622) de Manuel Quintano de Vasconcelos, para além do «concertado estilo, e honesto modo de falar», a licença de Frei Francisco Guerreiro confirma a impressão da novela também pela «repreensão de vícios, e louvor de virtudes», apesar de ser «livro pastoril de Pastores, e amores», como acrescenta Fr. Antonio de Siqueira³⁵.

Já nas *Ribeiras do Mondego* (1623), de Elói de Sá Sotomaior, Fr. Tomás de S. Domingos não encontrou motivos que impedissem a impressão da obra:

[...] *porque inda que a materia he de amores profhanos, & pastorís, contudo he honesta, & não tem cousa, [que] offenda os bõs costumes, antes he muy curiosa, & de agradavel entretenimêto em brando, & elegante estylo vão ordenados os enredos das hystorias, [que] trata, ao modo poetico, & pastoril cõ ficções aprasiueis, em verso, e em prosa. Pelo que julgo que o liuro fera a todos de honesta recreação*³⁶.

Ainda no âmbito das considerações acerca do «disfarce» necessário para que os escritores seiscentistas pudessem tratar de assuntos profanos e temas amorosos sem serem afectados pela forte acção das estruturas censórias, no «Prólogo ao Leitor» da II Parte da novela de entretenimento e aventura *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1722), Gaspar Pires de Rebelo afirma entender que para dar bons conselhos aos «muitos servos» que «há no mundo» (os menos atentos, porque mais aplicados aos seus cuidados), deveria «disfarçar exemplos e moralidades com as roupas de histórias humanas», dado que talvez assim o entendimento daqueles aceitasse com maior benevolência as vantagens oferecidas pela narração de tais sucessos [os de Florinda e Arnaldo], procedendo-se a «um

³⁵ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «Licenças» da primeira edição. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) - *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p.111-112: «No liuro intitulado Paciencia Constante, cujo Author he Manoel Quintano de Vasconcellos, não achei cousa contra nossa santa Fé, & bõs costumes antes sempre concertado estilo, & honesto modo de fallar, & a vezes reprehensão de vícios, & louvor de virtudes: pello que o julgo digno de impressão. Em São Francisco de Emxabregas, & de Feueireiro 6. de 620. *Fr. Francisco Guerreiro*. | Reui este liuro intitulado Paciencia Constante, & nelle não acho cousa algũa contra nossa santa Fé, & bõs costumes, & assi me remeto em tudo ao parecer do muito R. P. Mestre Frei Francisco Guerreiro; porque sendo liuvro pastoril de Pastores, & amores, de tal maneira cõ verbo, & proza, segue a limpeza, & pureza nelles, que fique reprehendendo, & vituperando o que não for com muito bom estilo. Podese imprimir. Em São Domingos de Lisboa 21. De Feueireiro 1620. *Fr. Antonio de Siqueira*». Com estas declarações fica demonstrada a acção marcante da Inquisição no momento decisivo para a divulgação de obras de «recreação», sendo que é pelo uso do disfarce no caminho para o *prodesse ac delectare* que os seus autores conseguiram fazer com que não fossem censurados e severamente repreendidos. A interpretação do texto, não fosse o segundo sentido permitido por uma orientação de leitura dada pelos autores ao público, ficaria irremediavelmente condicionada pelas exigências de uma das instituições que à data regia a produção literária: o Tribunal do Santo Offício. As outras duas instituições eram o Ordinário e o desembargo do Paço.

³⁶ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «Licenças» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XV-XVI.

claro desengano das cousas do mundo». Justificado ficaria, assim, o seu intento ao publicar tais «sucessos», sendo que livre ficaria também da «culpa» que alguns lhe queriam atribuir, muito provavelmente por ser simultaneamente clérigo e autor de novelas de entretenimento e aventura³⁷.

Por último, no «Prologo ao Leytor» da novela alegórica *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682), o autor, o Padre Alexandre de Gusmão explica por que motivos vão descritos os sucessos destes dois irmãos, Predestinado e Precito, «debaxo de huma misteriosa Parabola»:

*Vem a ser em Parabola a historia de todo aquelle, que segundo os passos, que nesta vida leva, & segundo o caminho que tomou, ou se salva, ou se condena. Faça-o nesta fórmula assim para mouer a curiosidade do Leytor, como para imitar o estilo de Chisto nosso Mestre, & Senhor, do qual diz o Evangelista, que nunca já mais prégaua ao povo, senão debaxo de algma Parabola, com que explicaua a verdade de sua doutrina. Et fine parabolis non loquebatur eis*³⁸.

2.2. Em defesa da ficção narrativa em prosa e dos seus autores: no caminho para a concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*

Pelo que se tem vindo a expor, vale pena ler com atenção os prólogos destas obras seiscentistas pois que, como afirma Arnauld Tripet:

On sait avant d'en commencer la lecture, qu'il va être question d'un livre, d'un auteur et de nous, les lecteurs. L'on sait aussi que l'auteur va nous faciliter la lecture de son oeuvre en nous informant sur les relations qu'elle entretient avec ce qui nous est familier. L'on pressent qu'il va nous dire en quoi son oeuvre ne se contente pas de répéter ce que nous savons déjà, quel enrichissement elle apportera à cet acquis commun. Il va nous parler de lui d'une manière agréable, inspirer la confiance, le respect, proposer une méthode de lecture, susciter l'exigence

³⁷ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Edição de Nuno Júdice. Lisboa: Editorial Teorema, p. 250: «Muitos servos há no mundo que são servos do mundo, os quais só com eles tratam seus negócios, metidos em os bosques de cuidados mundanos, sustentando-se em os montes de pensamentos altivos, sem quererem tomar conselho com um livro espiritual que lhes ensine o que devem fazer. Compadecido destes, quis disfarçar exemplos e moralidades com as roupas de histórias humanas para que, vindo buscar recreação para o entendimento em a elegância das palavras, em o enredo das histórias, em a curiosidade das sentenças e em a lição das fábulas, achem também o proveito que estão oferecendo, que é um claro desengano das cousas do mundo, e fiquem livres dos perigos a que estão mui arriscados com seus ruins conselhos. Este intento, e o que já apresentei acima, cuido que são bastantes para me livrarem de culpa». Ainda que consultada a edição *princeps* desta II Parte (1633), cujo exemplar se encontra microfilmado na Biblioteca Nacional de Lisboa, optámos aqui por utilizar o texto do «Prólogo aos Leitores» integrado na edição de Nuno Júdice.

³⁸ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — «Prologo ao Leytor» da edição *princeps*. In *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*. Lisboa: por Miguel Deslandes. A última frase deste excerto surge sublinhada pelo autor.

*herméneutique. Il va surtout s'efforcer de nous éveiller, en créant l'évidence d'un plaisir à venir (placere) et d'un avantage prometteur (prodesse)*³⁹.

A presença da *utilitas* no caminho para a concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, ligada à delicada posição em que se encontravam as obras de ficção narrativa em prosa no século XVII aquando do momento de publicação e divulgação, deveria manifestar-se não só no corpo das narrativas como também nos paratextos que as introduziam aos leitores. Vejamos, por conseguinte, como esta problemática é colocada em evidência nos prólogos ao leitor das novelas que integram o *corpus* textual por nós seleccionado.

No «Prólogo aos Leitores» da *Lusitânia Transformada* (1607), de Fernão Álvares do Oriente, Domingos Fernandes, reiterando a necessidade de glorificar a língua portuguesa, destaca o seu valor comparando-a com outras línguas estrangeiras, sendo que todos aqueles que com juízo lessem aquela obra, adquirindo a sua lição, logo concordariam com esta opinião, caso a sua fosse contrária⁴⁰. Enumera, então, as características sublimes da poesia lusa que, estando bem presentes nesta composição a que se poderá mesmo chamar poema, «digno por certo deste nome (posto que trate também algũas matérias rústicas e humildes)»⁴¹, imortalizam a língua portuguesa. São elas a elegância nas palavras, a brandura na linguagem, a subtileza nas metáforas, a cópia nos vocábulos, a alteza no estilo, a delicadeza nos conceitos e os artificios nas sentenças. Com a justificação do título atribuído a esta composição, *Lusitânia Transformada*, procurou o autor defender a nossa língua de todos aqueles que a tinham por estéril, sublinhando que ela é, na realidade, proveitosa para o entendimento e exemplar para todas as estrangeiras (*prodesse*), e, ainda, «alvo da divina poesia» que proporciona o deleite tão desejado pelo público (*delectare*)⁴².

³⁹ TRIPET, Arnould (1992) — *Montaigne ou l'art du prologue au 16^{ème} siècle*. Paris: Champion, p. 19. Ver também o já mencionado artigo de RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario e del narratorio en la picaresca. ¿Texto o paratexto?* In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Ed. cit.

⁴⁰ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9: «Por beneficio feito de propósito à lingoa portuguesa, cujo crédito periga, na opinião dalguns, que não alcançam a elegância dela, me pareceu composto este livro; e, por este respeito, digno de ser bem recebido de quantos estimam as flores do Pindo e do Parnaso. (...) Várias cousas em que a lingoa Portuguesa fica superior a muitas que delas mais se prezam acho, a parecer de bons juízos, nesta compostura, que se não passarem por alto a quem de sua lição se quiser aproveitar, verá claro a ventagem que a pátria nossa faz às nações estranhas, com tanta felicidade, que já pode ser que daqui por diante mude opinião, se acaso teve nesta matéria outro pensamento».

⁴¹ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9.

⁴² ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9 e 10: Assim afirma Domingos Fernandes «[...] o autor acredita o meu parecer, com crédito imortal da lingoa Portuguesa. Na prosa e no verso, e ainda nos esdrújoles, de que tinham os estrangeiros por estériles os campos da nossa Lusitânia, se acharão nesta sua

Já no prólogo «Ao Lector» da obra *A Paciência Constante* (1622), Manuel Quintano de Vasconcelos refere que o «livrinho» então oferecido ao leitor se trata de uma «humilde composição» em estilo poético, cujo principal objectivo é entreter o público (*delectare*) com os exemplos dados pelas acções que se narram (*prodesse*):

*Em seus discursos poeticos, cõ poetico estilo, imito as acções que representaõ, porque o fim da poesia he deleitar [delectare] com exemplos [prodesse]*⁴³

De igual forma, no prólogo «Ao Lector» da obra *Ribeiras do Mondego* (1623), Elói de Sá Sotomaior revela que as águas das Ribeiras do Mondego reflectem as suas mágoas, sendo também espelho das tristezas e cuidados de quem nelas fixar o olhar. Pede, por isso, que delas se aproximem todos os que, no fundo, aquela obra quisessem ler. Este convite directo ao leitor contém nas suas entrelinhas um eco claro da problemática que envolve a questão da exemplaridade com base no binómio horaciano acima citado, uma vez que todos aqueles que nas águas das Ribeiras do Mondego identificassem o percurso do autor, e por conseguinte o seu, então, dele receberiam o deleite proporcionado pela narração dos sucessos (*delectare*) e o exemplo a reter e a praticar em suas vidas (*prodesse*)⁴⁴.

Dois anos depois, em 1625, No «Prólogo aos Leitores» da I Parte da obra *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*⁴⁵, Gaspar Pires de Rebelo relembra Séneca, na sua Epístola oitenta e cinco, *De alternatione lectionis*, para subscrever a mesma opinião deste autor da Antiguidade Clássica: tanto a leitura de bons livros («espirituais e divinas») como a leitura de maus livros (onde se fundem «humanidades e lições várias») se manifesta vantajosa para o homem. Através da dedicação à primeira, poderia o leitor receber bons conselhos, boas lições; através da dedicação à segunda, poderia o leitor aprender a reconhecer o que deveria evitar⁴⁶. Fundamenta, ainda, esta sua posição citando o exemplo de Plínio: «As

transformação abundância larga, em que tenha o entendimento, com proveito, gostoso pasto, que foi sempre o alvo da divina poesia, e o motivo também que tive para tirar à luz esta obra debaixo do mesmo amparo, a que o tinha o autor próprio consagrado».

⁴³ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «Ao Lector» da edição *princeps*. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p. 119.

⁴⁴ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — Prólogo «Ao Lector» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XIX: «Chegai, Ribeyras, a quem / Em vos quer ver minhas magoas, / As suas verá também; / Que esta propriedade tem / O espelho de vossas agoas». Note-se que este prólogo apresenta uma mancha gráfica distinta de todas as que se representam nos prólogos anteriormente analisados. Não é um texto em prosa, mas sim um pequeno conjunto de versos que se dirigem ao leitor.

⁴⁵ Na impossibilidade de entrar em contacto com a edição *princeps* da I parte dos *Infórtunios Trágicos* (1625), optámos aqui por ter em conta o texto do «Prólogo aos Leitores» de 1761, seguindo os critérios editoriais adoptados por Nuno Júdice (cf. REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 11-12).

⁴⁶ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infórtunios Trágicos da Constante Florinda*. Edição de Nuno Júdice. Lisboa: Editorial Teorema, p.

abelhas, como diz Plínio, não só de uma flor fazem o favo, mas de muitas e várias que colhem, dispostas pela ordem que a natureza lhes ensina, fazem e aperfeiçoam seu doce mel, o que confirma Virgílio dizendo: «Liquentia mella stipant, et dulci destendunt nectare cellas»⁴⁷. Estas considerações, autorizadas pelo recurso à argumentação de autores reconhecidos da Antiguidade Clássica, colocam o autor entre os escritores seiscentistas que no seu conjunto fizeram dos paratextos lugares de eleição para a defesa da literatura de «recreação». Justificava, deste modo, a impressão da sua obra assumindo o papel de humilde letrado: não sendo o seu texto um expoente de perfeição, poderia, ao menos, fazer notar, por comparação, o engenho de outros já editados. Manifestou também que, ao contrário de Ícaro, não pretendeu com este seu livro superar obstáculos que à partida seriam para si insuperáveis⁴⁸. O texto do «Prólogo aos Leitores» da I Parte dos *Infortúnios Trágicos* estabelece uma relação de intertextualidade, comum à época e a outros autores, com o «Prólogo aos Leitores» da II Parte da mesma. Neste último, datado de 1633, Gaspar Pires de Rebelo refere que quando publicou a I Parte desta mesma obra tinha como objectivo obter algum descanso, uma vez que a ciência da escrita o fatigava tanto. Pretendeu fazê-lo com discrição, mas tal não foi possível já que o seu texto acabou por ser conhecido de alguns letrados. Estes, por nele verem bons conselhos e boas lições (*prodesse*), receberam-no tão bem que, ao fim de dois anos, toda a edição estava esgotada e uma terceira não foi impressa por falta de papel (sendo este um dos problemas da época que se colocava aos autores, aos editores e/ou impressores,

16: «(...) como diz Séneca, ainda que a boa lição, certa e verdadeira a nosso entendimento aproveita, contudo a que é vária, e de cousas humanas, o deleita. E diz mais a Epistola oitenta e cinco, «De alternatione lectionis», que não cessava nunca de ter lições várias, afirmando serem todas proveitosas se necessárias, e que de ler um livro só se não contentava, porque de uns tirava o que havia mister, e de outros o do que havia de fugir, dando com esta variedade pasto ao entendimento quando com a iguaria de um só estava enfadado porque, como ele mesmo afirma, a lição é pasto do entendimento, e que cansado do estudo sem outro se não satisfaz».

⁴⁷ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16. Ver ainda SANTOS, Zulmira Coelho dos (2006) — *Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII*. «Revista de Estudos Ibéricos – Península», n.º 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 187-199.

⁴⁸ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16: «E pois não só os livros e lições espirituais e divinas a nosso entendimento aproveitam, senão aquelas que em humanidades e lições várias se fundam, e estes também mereçam ser estimados, pois em seu género ajudam a perfeição, ou ao menos fazem com que a bondade dos outros mais resplandeça para que de todos possa ser mais estimada, quis eu, como abelha fraca, por não ter de todo apurado as asas de meu engenho para poder voar a cousas mais altas e levantadas, como o são as divinas, mostrar a fraqueza dele em estas humanas, porque me seria por crime mal contado querer do primeiro voo subir tão alto, ou ao menos receoso de outro castigo semelhante ao de Ícaro, o qual voando subiu tanto que pelos raios do Sol foram suas asas deretidas, e ele prostrado em um rio como imprudente e atrevido». Neste passo, o autor deixa entrelinhas uma anotação relativa à acção da censura: se tivesse sido «imprudente e atrevido» como Ícaro, ao desafiar o Tribunal da Santa Inquisição com o pedido de licença para impressão desta sua novela sem assumir uma posição humilde e sem adoptar o tipo de argumentação que temos vindo a explicitar, provavelmente teria sido severamente punido pelos censores da mesma, os «raios do Sol» de que fala citando o exemplo de Ícaro.

dado que o papel era raro e muito caro – daí a importância do mecenato, de onde decorrem também as dedicatórias da maior parte das obras editadas no século XVII)⁴⁹. O autor termina, então, este segundo «Prólogo aos Leitores» fazendo notar que a publicação da obra correspondeu, sobretudo, a uma real intenção de agradar (*delectare*) aos seus leitores: «E pois, a fiz para te agradar (...)»⁵⁰.

Também no início do «Prólogo ao Leitor» da obra *Alívio de Tristes e Consolação de Queixosos* (1648), Mateus Ribeiro parte do princípio que não existe nenhum mal que não obtenha a sua cura se se fizer uso da razão para que tal aconteça com a leitura atenta da presente obra:

*Se como disse o Seneca, não há mal tam insofriuel, ou pena com tanto extremo ríguosa, em [que] não possa ter lugar algum aliuiuo, sendo, como escreue Cicero a razão, quem melhor consola os males, que se sofrem, as tristezas que se sentem, por sem duuida tenho, que nas infelicidades, de que tantos imprpropriamente se queixão nas tristezas que sentẽ, nas queixas, que formão de seus imaginados infortúnios receberão algum aliuiuo, & consolação, se com atenção lerem esta piquena obra, empenho de algũas horas que furtou minha curiosidade a outras occupaçoẽs, para diuertilas*⁵¹.

Mais adiante, recordando os ensinamentos de Plutarco, Pitágoras e Ovídio, autores greco-latinos⁵², Mateus Ribeiro refere que com as palavras e com os exemplos poderá o leitor encontrar algum consolo para as suas agonias, sabendo que, tal como ele, há outros que também sofrem e que acabam por encontrar

⁴⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 249: «Quanto ao que tive em fazer a primeira parte, foi somente por curiosidade e por dar alívio ao entendimento, que o molestava muito a lição contínua de uma ciência. Não pôde ser com tanta cautela que não viesse à notícia de alguns amigos, e os mais deles letrados. Viram a obra honesta e que assim de toda ela como das histórias particulares que continua se tiravam moralidades proveitosas, e de seus enredos pasto para os entendimentos curiosos: quase por força a fizeram pública. E foi tão bem recebida que em dous anos se gastou a impressão toda, e ao terceiro se tornara a imprimir se não fora a falta que havia de papel». Note-se que continuamos a seguir as opções de Nuno Júdice, embora as nossas reflexões tenham em conta o texto da edição de 1633. Assim, o texto que nos serve de base para as citações relativas ao «Prólogo aos Leitores» da II Parte data de 1722.

⁵⁰ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 250.

⁵¹ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Primeira Parte, Composta Pello Padre Matheus Rybeiro Theologo Prégador deste Arcebisgado, & natural de Lisboa. Dedicada Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, &c.* Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648 [i. é. 1648]: impresso à custa de Rodrigo Meas, 1648. Cf. «Prologo ao Leytor».

⁵² Tal como Gaspar Pires de Rebelo, também Mateus Ribeiro fundamenta a sua argumentação em defesa da ficção narrativa em prosa no caminho do *prodesse ac delectare* com base nos princípios defendidos por autores célebres da Antiguidade Clássica e reconhecidos pelos seus escritos. Note-se, porém, que como clérigo que era, o Padre Mateus Ribeiro apresenta igualmente alguns argumentos em função dos ensinamentos de figuras ligadas à Igreja Católica.

a alegria e a felicidade no final de uma penosa caminhada⁵³. Com base nos conhecimentos de S. Gregório Papa, o autor sublinha ainda a importância do reconhecimento individual das faltas que se cometem e das quais resulta não apenas o castigo devido, como também os benefícios que daí se retiram (*prodesse*)⁵⁴. Numa chamada de atenção concreta e directa, o autor deste prólogo reafirma, tal como o fez Santo Ambrósio, que através da leitura do seu texto, o leitor encontrará a consolação desejada, sendo que esta, para ser bem recebida, deverá ser suave, distraíndo e divertindo (*delectare*), afastando-se o mais possível de toda a agressividade que em vez de curar magoa⁵⁵. Deste modo, o seu objectivo é ser útil a todos aqueles que se afligem devida ou indevidamente, bem como alertar os «descuidados» e encaminhar os «queixosos» durante as suas tormentas até que todos eles alcancem a tranquilidade e a verdadeira glória que só Deus lhes pode conceder⁵⁶. No início do «Prólogo ao Leitor» da I Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681), Mateus Ribeiro, dá a conhecer a importância da conexão que existe entre a cura dos males/problemas («cuidados») e o refúgio na leitura de livros através dos quais se retiram bons conselhos («lição»). Socorrendo-se do ensinamento greco-latino, de autores como Ovídio e Virgílio, o autor revela como a prática da leitura pode dar alívio ao «molesto» e divertimento ao «aflito» ao mesmo tempo que, parando a Roda da Fortuna⁵⁷, se afastam os cuidados («...não se move a perpétua roda, em que a maioria combate os discursos, na batalha interior dos cuidados») e se alcança alguma tranquilidade. De seguida reforça esta sua convicção com o exemplo de

⁵³ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «Lembrete que escreue Plutarcho, que talvez palauras seruem de consolar animos affictos, ou seja a vista de huns males lembrando outros mayores, como quer Pithagoras, ou mostrando, como nas aflições não falta companhia, que igualmête as passe, & tam viuamente as sinta, como diz Cicero, ou seja com persuadir esperanças de termo, & limite aos males, & de logro aos bês, & felicidades, como escreue Ouideo, (...)».

⁵⁴ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «ou finalmente como trazer a memoria a culpas, em cujo castigo os discomodos se sofrem, & os interesses, & beneficios que dessas penalidades resultão, como doctamente ensina S. Gregorio Papa».

⁵⁵ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «Neste liuro acharás, Lector discreto, recopilados os mais destes motiuos, obseruando juntamente o que ensina S. Ambrosio, a que a consolação para ser bem recebida ha de incluir suavidade que diuirta, & não seueridade, ou aspereza, que magoa».

⁵⁶ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Ed. cit. Cf. «Prologo ao Leytor»: «Meu intento he aproueitar com este piqueno volume a todos os que no mar deste mundo nauégio derrotados de sentimentos, molestados de tristezas, queixandose continuamente das que se chamão erradamente desgraças, & infortúnios. O mayor premio para mi deste trabalho será, que todos com elle suas aflições aliuem, & suas queixas consolem, aduertindo juntamente aos descuidados para que não se fíem das bonanças, encaminhando aos quixosos, para [que] não desanimem com as termentas desta peregrinação, em quanto não chegamos á tranquilidade, & cõsolação verdadeira das alegrias da gloria, a [que] Deos nos leue, por sua infinita bondade». Repare-se como aqui, tal como em Alexandre de Gusmão, na sua *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682), é abordado o tema do desengano associado à peregrinação terrena como forma de alcançar a plenitude da vida perfeita em união com Deus.

⁵⁷ Tema barroco desenvolvido aqui pelo autor, tal como em *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta* (1692).

«Scipião Africano», que uma vez interrogado sobre a causa de não se enfadar na sua biblioteca, respondeu dizendo que não poderia ter por melhor companhia os livros com os quais se entregava a discretas conversações⁵⁸. Assim sendo, Mateus Ribeiro oferece ao leitor a história de Carlos e Rosaura para que com ela se possam divertir os «inquietos» e os «penosos» (*delectare*), suspendendo por algum tempo a luta contínua que em vida travam contra os seus males. No «Prólogo ao Leitor» da II Parte da mesma obra (1681), Mateus Ribeiro, inspirado por Aristóteles, Platão, Plutarco e, mais adiante, por Séneca, autor de larguíssima repercussão no século XVII, refere que tanto o descanso como o divertimento são essenciais para o Homem, sobretudo quando através daqueles se obtém algum alívio e se alcança o significado do que é viver sem ser oprimido por seus cuidados. Entre todos os divertimentos afirma que o melhor («o mais agradável») é o da «lição dos livros» (*prodesse*), já que, ocupando-se os sentidos na história narrada (*delectare*), se suspende a imparável Roda da Fortuna que consigo traz diversos problemas. Para validar este juízo, Mateus Ribeiro cita, de seguida, alguns nomes de pessoas, provavelmente conhecidas pelos leitores da época, que decidiram fazer uma pausa na vida para se dedicarem às delícias da leitura. Assim o fizeram Lúcio Cornélio Scilla, que largou a ditadura de Roma; Diocleciano, que abandonou o Império Romano; Michael, que deixou o Império dos Gregos; e muitos outros príncipes que colocaram de parte ceptros e coroas. Por fim, numa interpelação directa, o autor oferece o presente livro ao leitor a fim de que este se divirta com a sua história (*delectare*).

No «Prólogo ao Leitor» da III Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1697), recorrendo a autores como Séneca, Quintiliano, Valério Máximo e Cícero, diz Mateus Ribeiro que nesta nova Parte que agora oferece ao leitor poderá este encontrar a verdade relativa às diversas contrariedades a que a vida o submete, sendo Carlos o protagonista dessa penosa experiência,

⁵⁸ Este exemplo remete para o *De Vida Solitária*, o célebre diálogo de Petrarca. A introdução de «fábulas» nos prólogos ao leitor era recorrente de molde a captar a atenção do público. Cf. CAYUELA, Anne (1996) — *Le paratexte au siècle d'or: prose romanesque, livres et lectures en Espagne au XVII^e siècle*. Ed. cit., p. 240-241: «On remarque parfois à l'intérieur du prologue la présence d'une fable, d'une narration, d'une historiette qui vient illustrer les propos du prologue. L'exemplum fait partie des différentes façons de gagner ou de réveiller l'attention du public dans la rhétorique de l'exorde. L'art prédicateur du Moyen Âge recommandait l'inclusion d'une fable ou d'un exemplum dans le sermon. (...) Mais comme l'a souligné Alberto Porqueras Mayo (PORQUERAS MAYO, Alberto (1968) — *El prólogo en el maneirismo y barroco españoles*. Madrid: CSIC, p. 11.) la fonction de ces historiettes n'est pas exactement la même au Moyen Âge et à l'époque baroque: En aquellos casos sirven para ilustrar un punto de vista, como un ejemplo o una serie de ejemplos engrazados entre sí por los hilos de una doctrina (...). Ahora se trata más bien de presentar algo insólito, excepcional, que surge de improviso ante lo narrado, pero com fuerza penetrante». No «Prólogo ao Leitor» da III Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1697), Mateus Ribeiro volta a fazer uso do mesmo recurso para cativar o leitor: partindo da Fábula da «Philomena», o autor revela que foi precisamente a diversidade dos factos decorridos na vida de Carlos e Rosaura que o levou a escrever esta história, bem como a crescente curiosidade que por ela manifestaram os seus leitores.

e dela retirando o leitor a sua lição. Já no «Prólogo ao Leitor» da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte*, na edição de 1724, o editor adverte o leitor para que não se assuste com o título do livro antes mesmo de o ler, pois nele encontrará utilidade para viver com cautela (*prodesse*) e agradável prazer para divertir o molesto (*delectare*). Recorda que a felicidade não dura sempre e que, do mesmo modo, as desgraças nem sempre permanecem, já que o constante girar da Roda da Fortuna assim o determina. Deste modo, tal como afirma Cícero, a Fortuna não merece agradecimentos pelo que de bom propícia, nem queixas de infelizes pelo que de mal atribui a cada um. No «Prólogo ao Leitor» da II Parte desta mesma obra (1724), o autor relembra Plínio para dizer que os livros, para serem agradáveis ao entendimento humano, devem conciliar o «áspero» com o «compassivo», o «rigoroso» com o «benévolo» e o «infeliz» com o «venturoso»⁵⁹. Chama a atenção do leitor para o facto de tudo isto poder encontrar nesta Segunda Parte da *Roda da Fortuna* desde que a lesse com bastante atenção. Seguindo Plutarco, Mateus Ribeiro é também da opinião que a lição dos livros é agradável, tanto mais quando a leitura se impõe como retiro para os pensamentos viciosos, alívio das moléstias, tréguas na batalha dos cuidados e suspensão dos agravos da vida.

Em 1673, no prólogo «Ao Leitor» da obra *Cristaes da Alma*, Gerardo de Escobar, após algumas considerações acerca da acção da censura sublinha, numa nota directa ao leitor, a opinião de que os escritos amorosos eram literatura de lazer e dá a conhecer o que entende por ociosidade dos assuntos: «com que te deixo toda a liberdade para murmurar desta ociosidade dos assuntos»⁶⁰. Para além do referido, acrescente-se ainda que, apesar de lhe ser pedida isenção de opinião, o autor afirma também ele, enquanto leitor, encetar discretas conversações com os livros das quais retira proveitosas lições. Deste modo, é importante fazer notar que para Gerardo de Escobar a novela era um género ligado a um objectivo lúdico (*delectare*) ao qual se associava uma preocupação moral que obrigasse o leitor a reflectir (*prodesse*). Alicerçado nesta preocupação moralista, Escobar justifica as suas convicções na dedicatória desta mesma novela:

[...] como os escreveu à instancia de varias pessoas, & me derão estes assumptos, quero que agora a minha penna faça lizónja ao meu gosto, & à minha obrigação, para que emmendem bem offerecidos, o dezar de mal escritos⁶¹

⁵⁹ O confronto de realidades opostas concorria eficazmente, na época barroca, para a concretização da exemplaridade, dela decorrendo uma escolha consciente entre o bom ou o mau caminho, entre os vícios ou as virtudes. A mesma questão é levantada pelo jesuíta Alexandre de Gusmão na sua novela alegórica, *a História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682).

⁶⁰ ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. Cf. «Ao Leitor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves (1993) — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Coimbra, p. 16. Texto policopiado.

⁶¹ ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes*

Já no prólogo «Ao Leitor» da obra *Doze Novelas* (1674), Gerardo de Escobar acrescenta que adquirir experiência a partir do exemplo dado por outras pessoas sempre foi um bom princípio de vida ao qual se deve, como tal, dar especial atenção. Fazer com que o leitor aproveite a lição dada pela leitura das *Doze Novelas* foi o principal motivo que o conduziu à sua redacção e não apenas o divertimento do público-leitor, embora na dedicatória à mesma obra o autor reitere a opinião, anteriormente expressa, de que os escritos amorosos eram literatura de lazer:

*Offereço a V. Senhoria estas travessuras da penna, que o conhecimento da sua pouca valia teue sepultadas no descuido, & agora as resuscita o desejo de presentalas a V. S. para que se diuirta em as ler, em quanto a bizzarria ao seu juízo não rompe o embaraço da tenra idade para applicaçoes mais releuantes*⁶²

Finalmente, no «Prologo Ao Leytor» da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, datado de 1682, o Padre Alexandre de Gusmão, também no sentido de cumprir o preceito do binómio horaciano do *prodesse ac delectare*, depois de expor o assunto da *História*, afirma o seguinte:

*Vem a ser em Parabola a historia de todo aquelle, que segundo os passos, que nesta vida leva, & segundo o caminho que tomou, ou se salva, ou se condena. [Acrescenta mais adiante que] No caminho, & successo destes Peregrinos [Predestinado Peregrino e Precito] verá o Leytor, por onde se [*iij] vai ao Ceo, & por onde se vai ao Inferno. Será este liuvrinho como hum roteiro da vida, ou da morte sempiterna, para que conforme a elle gouerne seus passos, & vendo-o não tenha escuza, se se perder*⁶³.

2.3. O recurso à *auctoritas* Clássica

A exposição que até aqui se tem desenvolvido em torno da análise dos textos prologais das novelas seiscentistas que nos propusemos abordar revela como a argumentação apresentada pelos autores em sua defesa e em defesa da ficção narrativa em prosa o século XVII se justifica pelo facto das obras reportando

desalinhos. Cf. «Dedicatória» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves (1993) — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit., p. 16.

⁶² ESCOBAR, Gerardo de (1674) — *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte*. Cf. «Ao Leitor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit., p. 16.

⁶³ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito Em a qual debaxo de huma misteriosa Parabola se descreue o successo feliz, do que se ha de saluar, & a infeliz sorte do que se ha de condenar*. Dedicada ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente. Composta Pello P. Alexandre de Gusmam da Companhia de JESV, da Prouincia do Brazil. [Gravura] LISBOA na Officina de MIGVEL DESLANDES. *Com todas as licenças necessarias*. Anno de 1682. Cf. «Prologo Ao Leytor».

a assuntos profanos e temas amorosos terem sido as mais perseguidas pelos mecanismos censórios da época em que se compuseram. É neste contexto que se devem fazer notar as alusões a exemplos concretos de autores da Antiguidade Clássica (nalguns casos, ainda, a figuras ligadas à Igreja Católica) que defendiam ideias semelhantes às então propostas pelos autores de Seiscentos no caminho que os conduzia à concretização do binómio horaciano do *prodesse ac delectare* de molde a verem publicadas e divulgadas as suas novelas⁶⁴. Por outro lado, o apelo à benevolência dos leitores⁶⁵, aquando da recepção das mesmas poderá ser simultaneamente visto como uma forma de garantir o sucesso editorial das obras publicadas, sendo que nalguns casos os autores antecipavam já o aparecimento de outras novelas que continuassem os assuntos desenvolvidos nas primeiras, bem como uma forma de fuga à acção da censura.

Assim, no «Prólogo ao Leitor» d' *A Primavera* (1601), Francisco Rodrigues Lobo chama a atenção para o facto da presente edição poder conter falhas dado que ninguém está isento de cometer erros, afirmando ser difícil tarefa «Contentar a poucos é muito, quanto mais dar razão a tantos»⁶⁶. Revela, de seguida, a intenção de dar aos prelos a continuação desta sua obra numa nova novela intitulada *Pastor Peregrino*, a segunda da sua trilogia que seria realmente impressa em 1608. Manifestando conhecer o público que o acolhia, pede então aos seus leitores («damas curiosas e inclinadas»⁶⁷; «discreto e curioso leitor [...] avisadas damas e amantes cortesãos»⁶⁸) para que lessem os «humildes

⁶⁴ Gaspar Pires de Rebelo fundamenta os seus argumentos com base em Aristóteles, Séneca, Plínio (cf. «Prólogo aos Leitores» da I Parte dos *Infortúnio Trágicos*, 1761) Salústio e Horácio (cf. «Prólogo aos Leitores» da II Parte dos *Infortúnio Trágicos*, 1633/1722); Mateus Ribeiro autoriza-se recordando os ensinamentos de Séneca, Cícero, Plutarco, Pitágoras, Ovídeo, S. Gregário Papa (cf. «Prólogo ao Leitor» do *Alívio de Tristes*, 1648), Ovídeo e Virgílio (cf. «Prólogo ao Leitor» da I Parte do *Retiro de Cuidados*, 1681), Aristóteles, Platão e Plutarco (cf. «Prólogo ao Leitor» da II Parte do *Retiro de Cuidados*, 1681), Séneca, Quintiliano, Valério Máximo e Cícero (cf. «Prólogo ao Leitor» da III Parte do *Retiro de Cuidados*, 1697), Cícero (cf. «Prólogo ao Leitor» da I Parte da *Roda da Fortuna*, 1724) e Plínio (cf. «Prólogo ao Leitor» da I Parte da *Roda da Fortuna*, 1724); Alexandre de Gusmão justifica o uso da parábola como forma de «imitar o estilo de Christo nosso Mestre, & Senhor» (cf. «Prólogo ao Leytor» da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, 1682) e dá como referência a vida «exemplar» de São Francisco de Xavier, «Peregrino Celestial» e «Apóstolo do Oriente» (cf. «Dedicatória» da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*, 1682).

⁶⁵ Sobre a *captatio benevolentiae* e dos tópicos desenvolvidos em função deste objectivo cf. RUFFINATTO, Aldo (2009) — *El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto?*. In ARREDONDO, María Soledad; CIVIL, Pierre; y MONER, Michel (eds.) — *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Ed. cit., p. 152.

⁶⁶ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. Oferecida a Dona Juliana de Lara, condessa de Odemira. Em Lisboa, per Jorge Rodrigues impressor de livros. Ano do Senhor de M.DCI. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Lisboa: Vega, p. 48. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

⁶⁷ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 48. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

⁶⁸ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 235.). Esta

pensamentos dos seus pastores» e para que defendessem tanto o livro que na altura se publicava como também o seu autor.

Já no final do «Prólogo aos Leitores» da obra *Lusitânia Transformada* (1607) de Fernão Álvares do Oriente, Domingos Fernandes termina a sua intervenção com um pedido dirigido ao público: se todas as razões apresentadas não chegassem para desculpar o autor do texto os leitores deveriam pelo menos demonstrar generosidade suficiente para defender quem não estava presente e, sobretudo, quem por ter morrido já não se podia defender de possíveis acusações.

Também no prólogo «Ao Lector» da *Paciência Constante* (1622), de Manuel Quintano de Vasconcelos é possível encontrar reflexos do desenvolvimento desta questão. Após ter sublinhado que a sua novela se tratava de uma «humilde composição» em estilo poético, cujo principal objectivo era entreter o público com os exemplos dados pelas acções que nela se narram, prossegue afirmando que se o leitor curioso encontrasse naqueles «discursos poéticos» e juvenis a fragrância própria das flores, então, como prova de agradecimento o autor prometia oferecer-lhe os frutos típicos de uma idade mais avançada (o «Otono»). Por fim, caso não merecesse, pede ao público que encobrisse as suas faltas uma vez que tudo o que escreveu foi de boa fé.

Em 1633, no «Prólogo ao Leitor» da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo faz notar que a publicação desta Segunda Parte ficou a dever-se à curiosidade e aos pedidos de todos os leitores que haviam recebido com benevolência a Primeira Parte da mesma obra, editada pela primeira vez em 1625. Depois de sublinhadas as orientações de leitura da obra o autor demonstra entender que está livre de toda e qualquer culpa, sendo que, acima de tudo, está seguro da sua posição:

[...] *mais vale razão própria que a abonação alheia, mormente quando é de parte interessada, porque pode ser havida por suspeitosa* [...] ⁶⁹

No final, num apelo indirecto à benevolência dos leitores no momento da recepção da Segunda Parte dos *Infortúnios Trágicos*, lembrando Aristóteles, afirma que apesar de conhecer a ciência que pratica não está isento de cometer falhas dignas de repreensão, uma vez que ao entendimento humano é impossível deter todo o conhecimento. Assume, deste modo, o papel de humilde letrado, posição que de resto já adoptara no «Prólogo ao Leitor» da I Parte da obra *Infortúnios Trágicos* usando como fundamento o exemplo de Plínio, por nós já citado neste artigo:

última referência ao leitor surge já integrada no corpo da narrativa, na «Floresta Sexta».

⁶⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1722) — «Prólogo aos Leitores» da II Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16.

As abelhas, como diz Plínio, não só de uma flor fazem o favo, mas de muitas e várias que colhem, dispostas pela ordem que a natureza lhes ensina, fazem e aperfeiçoam seu doce mel⁷⁰

Como tal, não sendo o seu texto um expoente de perfeição poderá, ao menos, fazer sobressair por comparação o engenho de outros já editados. Manifesta também que, ao contrário de Ícaro, não pretende com este seu livro superar obstáculos que à partida seriam para si insuperáveis. Ainda no «Prólogo ao Leitor» da I Parte, em jeito de conclusão, Pires de Rebelo cita Platão para deixar claro que o lugar da verdadeira virtude está no meio e não nos extremos. Pretendia, por isso, que o leitor assim considerasse a obra que naquele momento se lhe oferecia.

No texto do «Prólogo ao Leitor» da I Parte da obra *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos e Rosaura* (1681), Mateus Ribeiro volta a enfatizar o mesmo tópico⁷¹: identificados os leitores a quem se dirige, o autor desculpa-se pelo facto destas obras terem sido publicadas «em primeira mão» (podendo por isso conter algumas faltas), já que a «pressa» e a «brevidade» dos que a pretendiam conhecer não se compadece com o aperfeiçoamento exigido pela redacção de livros. Retoma este mesmo assunto no texto do «Prólogo ao Leitor» da II Parte da mesma obra justificando-se a sua impressão «em primeira mão» por não ter tido tempo de a «transladar», tal era a curiosidade dos que a pretendiam ler. Promete ainda que se o fizessem com benevolência lhes ofereceria a III Parte desta obra que com a ajuda Divina haveria de escrever. Em 1697, já no «Prólogo ao Leitor» da III Parte da novela *Retiro de Cuidados*, Mateus Ribeiro, afirma que devido à quantidade de acontecimento ocorridos na vida de Carlos e Rosaura não pôde, como era seu objectivo, finalizar a obra nesta III Parte que acabava de publicar. No final, volta a sublinhar que o texto ia escrito em «primeira mão» podendo por isso conter falhas e chama a atenção dos leitores para que, como tal, a recebessem com benevolência. No «Prólogo ao Leitor» da IV e última Parte da mesma novela (1689), Mateus Ribeiro afirma que a curiosidade dos seus leitores quanto ao desfecho da história de Carlos e Rosaura o fez abandonar outras actividades para se dedicar ao exercício da escrita até que a concluisse. No final pede, uma vez mais, que esta sua Parte da obra fosse aceite com benevolência, sendo que isso bastaria para satisfazer o serviço a que se propusera.

⁷⁰ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — «Prólogo aos Leitores» da I Parte. In REBELO, Gaspar Pires de (2005) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Ed. cit., p. 16.

⁷¹ De uma forma geral trata-se de um tópico que se encontra presente em muitas obras da época, aparecendo já em 1528 na dedicatória de *Il libro del cortegiano* de Baldassare Castiglione. (cf. CASTIGLIONE, Baldassare (1528) — *Il libro del cortegiano*. Imp. in Firenze: per li heredi di Philippo di Guinta. Edição preparada por QUONDAM, A. Milano: Garzanti, reed. em 2000, p. 24).

Também no «Prólogo ao Leitor» da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta, Primeira Parte* (1724), para finalizar Mateus Ribeiro promete editar uma Segunda Parte desta novela se a Primeira que agora oferecia agradasse aos seus leitores. Ainda que tal não se tivesse concretizado no «Prólogo ao Leitor» da Segunda Parte da mesma obra, o autor manifestou intenções de editar uma Terceira Parte se esta Segunda agradasse e fosse bem recebida pelo público. Todas estas considerações concorrem claramente para o sucesso editorial alcançado pelas novelas de Mateus Ribeiro, desde logo atestado pelas numerosas reedições que delas se fizeram⁷².

Atendendo às presentes reflexões, importa salientar que a apertada vigilância exercida pela Censura «preventiva», quanto à impressão de livros no século XVII, nomeadamente quanto às novelas de aqui tratamos, se manifesta na sua materialidade não apenas na inclusão das licenças ou aprovações como textos preliminares essenciais à circulação do livro impresso, como também nos prólogos ao leitor. Os casos d'*A Primavera* (1601) de Francisco Rodrigues Lobo, da II Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1633) de Gaspar Pires de Rebelo e dos *Cristaes da Alma* (1673) de Gerardo de Escobar revelam como estes três autores fizeram ecoar nos seus paratextos as «dificuldades», muitas vezes apenas temporais, no sentido da demora, com que se depararam para que as suas obras fossem dadas aos pelos, neles deixando registadas preciosas marcas do tipo de censura preambular então praticada.

No «Prólogo ao Leitor» da obra *A Primavera*, Francisco Rodrigues Lobo começa precisamente por dar a conhecer as dificuldades que existiam em obter as licenças de impressão na época em que publicou esta sua novela:

*Direis, sábio Leitor, que dou esta sentença contra mim, pois tendo na primeira impressão desta obra, com aviso dos que a encontraram, tantos desenganos do que me podia montar o fruto dela, cometi a fazer a terceira, que agora vos apresento, com as próprias armas e defensão com que no primeiro encontro a recebestes, e que assim porfio contra o que vejo e me engano com o que faço*⁷³.

Com estas afirmações, o autor revela ainda que teve de proceder a algumas alterações quanto ao original.

Alguns anos mais tarde, no «Prólogo ao Leitor» da II Parte da obra *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, Gaspar Pires de Rebelo confessa ao leitor «prudente» a necessidade que sentiu de se defender «com a verdade» das possíveis acusações

⁷² Cf. FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006) — *A novelística portuguesa no século XVII: o caso de Mateus Ribeiro*. Ed. cit., p. 5-8.

⁷³ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 47. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

de que seria alvo por parte do «tribunal do juízo humano». Recordando Salústio e Horácio, o autor identifica dois tipos de sentenças que lhe poderiam ser ditadas: ser considerado vanglorioso, por pensar que a vida é limitada e que, portanto, deveria fazer algo que imortalizasse a sua passagem pelo mundo; e, ser acusado de atrevido, já que considerava fundamental para quem se dedica à realização de um livro separar as histórias que nele se narram da ciência que rege essa mesma narração. Estas últimas afirmações devem ser analisadas tendo em vista a biografia do autor, uma vez que Gaspar Pires de Rebelo foi simultaneamente «Freire professo da militar Ordem de São-Tiago em o Real Convento de Palmella Prior de Castro Verde, Pregador Insigne, e naõ menor Poeta Vulgar»⁷⁴. É pois natural que em casos como este os mecanismos da censura tripartida tivessem maior preocupação no momento de atribuir as licenças de impressão de obras de literatura de entretenimento redigidas por membros pertencentes à Igreja Católica, sob pena de ver a sua autoridade posta em causa. O mesmo se passou com Gerardo de Escobar, na verdade, Frei António de Escobar. No prólogo «Ao Leitor» da obra *Cristaes da Alma* (1673), Gerardo de Escobar começa por identificar o tipo de leitor a quem se dirige, podendo aquele ser «amigo ou inimigo» consoante recebesse «estes cristaes» com agrado ou desgardo. O facto de alguns leitores poderem não receber com benevolência a obra de Escobar parece estar relacionada com o facto do autor, apesar de usar um pseudónimo possivelmente na tentativa de não ser identificado tanto pelos leitores como pela Inquisição, se tratar de uma figura clerical que se dedicava ao exercício da escrita de assuntos amorosos⁷⁵. Ainda assim, estas circunstâncias não parecem ser relevantes para o autor já que, de seguida, afirma que o presente volume foi editado a pedido de diversas pessoas a quem pretendeu dar esse gosto. Portanto, sublinha que nenhum leitor ficaria «obrigado no feito ou na estampa» se por acaso comprasse o seu livro. Se, por outro lado, o recebesse de empréstimo deveria agradecer a quem lho emprestou. Um ano apenas após a edição dos *Cristaes da Alma*, no prólogo «Ao Leitor» da obra *Doze Novelas* (1674), Gerardo Escobar assume o «papel de Lebre» querendo com isso dizer que tal como àquela o medo a faz avançar no seu percurso, também a ele o receio de ver impressas as suas *Doze Novelas* com o nome de outro autor o fez imprimi-las de imediato. Fundamenta esta sua atitude com o caso da obra *Herce Portuguez* «roubada» pelo Padre Frei Francisco de Salas; caso este conhecido do Padre Fr.

⁷⁴ MACHADO, Diogo Barbosa (1965-1967) — *Bibliotheca Lusitana: historia, critica, e cronológica, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Reprodução da edição *princeps* de 1741-1759, revista por Manuel Lopes de Almeida. Coimbra: Atlântida, Tomo II, p. 367.

⁷⁵ Colocou-se a mesma questão, anos mais tarde, quanto a Frei Lucas de Santa Catarina, sendo que neste caso o recurso a pseudónimos por este autor dificulta ainda hoje a atribuição autoral de alguns textos por parte da critica. Ver COSTA, Ana Cecília Machado da (2007) — *Erudição e utilitas em Frei Lucas de Santa Catarina: [1660-1740]*. Ed. cit., p. 85 e seguintes; e p. 139.

António de Escobar. Curioso será notar que no início deste prólogo a posição do autor reflecta um dos processos adoptados pelos escritores seus contemporâneos para obterem os lucros associados à impressão e venda deste subgénero de novelas sem correrem o risco de serem incomodados pela Inquisição. Sendo as novelas de assuntos amorosos as narrativas mais perseguidas pela censura, não foi por mero acaso que o próprio Escobar acrescentou à publicação das duas obras em questão duas «Protestações do Autor»⁷⁶. Por outro lado, repare-se como é subtil o argumento utilizado para sustentar a sua atitude: o Padre Fr. António de Escobar é nada mais nada menos que o mesmo autor dos *Cristaes da Alma* e das *Doze Novelas*, posto que o nome Gerardo se trata de um pseudónimo. Mais adiante acrescenta que, não sendo ingénua, nada tinha a alegar quanto ao facto de poder vir a causar nos receptores da presente obra alguma antipatia ou aversão.

2.4. Editores e Impressores: os «monopólios da publicitação»

A acção exercida pelos editores e/ou impressores sobre a publicação deste tipo de obras deixou também as suas marcas nos paratextos das mesmas. A exegese a que foram submetidos os textos preambulares das novelas que integram o *corpus* textual apresentado revela que, regra geral, uma das particularidades dos prólogos ao leitor é a sua relativa imutabilidade de edição para edição. Se, por ventura, casos houve em que se introduziram modificações nos prólogos ao leitor aquando da primeira impressão ou reimpressões posteriores de uma novela, essas alterações devem ser, então, atribuídas ao facto do autor ser colocado à margem quanto à publicação do texto. Ou seja, o autor deixa de ser responsável pela divulgação do texto prologal que inicialmente escrevera, entrando por esta via em questão a liberdade com que os editores e/ou impressores da obra actuavam na disposição interna dos textos preambulares de ficção narrativa em prosa no século XVII. Assim sendo, tais modificações contribuem igualmente para a resolução de algumas interrogações de ordem material ligadas à publicação das novelas seiscentistas em Portugal. Verificou-se ainda que, não raras vezes, estes casos andavam a par da necessidade de promover as obras em termos de

⁷⁶ ESCOBAR, Gerardo (1674) — *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte*. Cf. «Protestação do Autor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit.: «Vzo de Deidades, adoraçoens, sacrificios, entregos da alma; & outros hyperboles introduzidos como licenças poeticas, frases amorosas, & nam em verdadeiro sentir, em quanto sam gala do dizer, & nam desuios do sentir Catholico; isto, & tudo o mais sogeito á censura da igreja como filho della. Lisboa 17 de Abril de 1672. | Gerardo de Escobar»; e, ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. Cf. «Protestação do Autor» da edição *princeps*. In FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit.: «Vzo de Deidades, adoraçoens, sacrificios, entregues da alma, & outros hyperboles introduzidos como licenças Poeticas, frases amorosas, & não em verdadeiro sentir, em quanto saõ gala do dizer, & não desuios do sentir Catholico; isto, & tudo o mais sogeito á censura da Igreja, como filho della. Lisboa 16 de Outubro de 1672. | Gerardo de Escobar».

«publicitação». Embora este assunto já tenha sido objecto de outros estudos, à luz das afirmações que agora se fizeram, torna-se importante lembrar que com o aparecimento da Imprensa o livro passou a ser entendido não apenas como objecto de leitura (deixando para trás a vincada ligação à noção de prestígio e notoriedade enquanto símbolo de poder associado a uma elite de letrados ou à necessidade de testemunhos de posse), mas também como objecto comercial, gerador de lucro e promotor social das entidades associadas ao processo administrativo ao qual era submetido desde que saía das mãos do autor até ao momento da sua primeira edição e posteriores reedições.

A leitura do «Prólogo ao Leitor» d' *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo ilustra bem o que temos vindo a dizer. Nele o autor tece considerações relativas ao monopólio dos impressores («Antes estando bem alheio de renovar esta *Primavera*, como cousa a que se acabara o tempo, soube que alguns, mais interessados em seus ganhos que lembrados de minha perda, trataram de licença para a imprimir: (...)», pelo que, face à exigência das referidas alterações, preferiu, em vez de um estranho, ser ele mesmo a realizá-las («e porque de dous males havia de escolher, me pareceu que era melhor sair emendada pelo seu autor próprio que adulterada por quem se arriscava tão pouco em seus erros»⁷⁷). O caso apresentado demonstra que quer Rodrigues Lobo, quer os autores coevos procuravam preservar a legitimação dos seus textos ao mesmo tempo que se defendiam das acusações que directa ou indirectamente lhes eram imputadas, constituindo os textos prologais o verdadeiro lugar dessa defesa.

O «Prólogo aos Leitores» da obra *Lusitânia Transformada* (1607)⁷⁸ de Fernão Álvares do Oriente revela igualmente, ainda que de outra forma, a liberdade com os editores e/ou impressores exerciam a sua acção sobre as publicações de novelas. Tratando-se de uma edição póstuma, provavelmente sem incluir o habitual prólogo ao leitor, a *Lusitânia Transformada* acabou por ser impressa com uma directiva aos leitores redigida pelo responsável da sua publicação, o livreiro Domingos Fernandes.

3. «Dedicatórias», «Mecenato» e «Relações Clientelares»: entre o «protector» e o «protegido». A poesia preambular e laudatória

Tal como se comprovou na interpretação dos prólogos ao leitor das novelas seiscentistas, também nas dedicatórias incluídas nas mesmas é possível identificar a voz do autor num espaço narrativo que se pretende instituir como antecipação

⁷⁷ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 47. «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

⁷⁸ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Prólogo aos Leitores» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 9-10.

do texto da obra que se segue. O desenvolvimento de uma ficção, cujo estilo e temas serão explorados no corpo das novelas, servia de igual modo nas dedicatórias para atrair a atenção dos leitores mediante a apresentação de uma amostra do que se poderia encontrar no texto adiante oferecido. Assim, logo na dedicatória d' *A Primavera*, obra oferecida a Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira⁷⁹, Francisco Rodrigues Lobo menciona a naturalidade, a humildade e a rusticidade com que os seus pastores falariam dos seus queixumes. Seguindo os mesmos moldes, na dedicatória d' *A Paciência Constante* a D. Lopo de Azevedo⁸⁰, Manuel Quintano de Vasconcelos anuncia a publicação de um «livro pastoril», tal como o deixa ainda entrever Elói de Sá Sotomaior na dedicatória das suas *Ribeiras do Mondego*, endereçadas a Duarte de Albuquerque Coelho, afirmando que

*Muyto antes que a Primavera apparecesse nas Ribeyras do Têjo, onde Lereno della autor, & Cysne dellas acabou de cantar, corriaõ as minhas do Mondego*⁸¹

Alguns anos antes, no «Proémio Dedicatório» da *Lusitânia Transformada* dirigido ao Marquês de Vila Real, D. Miguel Luís de Menezes, Fernão Álvares do Oriente glorificava as suas acções. Integradas no contexto da ocupação filipina⁸², essas acções deixavam adivinhar desde o início a posição marcadamente nacionalista deste autor de Seiscentos, como de resto se confirmaria no corpo da novela com a elevação da língua, da literatura, da cultura e da identidade portuguesas.

Já na dedicatória dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, correspondente à primeira parte da obra, dirigida à «À Nobilíssima, E Religiosíssima a Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa», Gaspar Pires de Rebelo antecipa o tema desta novela (os amores profanos entre Florinda

⁷⁹ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lúcia Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 45. Dedicatória «A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, *Prólogo*» da edição de 1619).

⁸⁰ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «A Dom Lopo de Azevedo, Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de São Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.» da edição *princeps*. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p. 117.

⁸¹ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D'Albvqverqve Coelho, Capitão, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVII-XVIII. No original o texto surge sublinhado pelo autor.

⁸² É neste sentido que se devem ler os seguintes passos: «Se me dera sua harpa o que alto muro / Em Tebas fabricou, nela tocando; / E a voz o amante que do reino escuro / O seu caro penhor livrou cantando; / Se as doutas nove Irmãs, de quem procuro / Para vós grangear som doce e brando, / A todos os heróis me antepuseram, / Que das agoas Castálicas beberam; / Não entendo, Senhor, que inda pudera / As glórias acenar que merecis: / Que o mais e o mais que delas se dissera / Fora o menos do muito que valeis. / Que já triunfo tal por vós conheço, / Nunca será senão d'estima e preço». In ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 17-19.

e Arnaldo) numa clara demonstração de intertextualidade com o «Prólogo aos Leitores» da mesma:

*Se as offertas se haõ de proporcionar à calidade dos sogeitos a que se fazem, a deste liuro que não contem mais que os empenhos de hum amor profano, parece se nam deuia fazer hũa pessoa que como v. m. està toda desuelada nas finezas do diuino. Mas serve de desculpa a mesma Apologia com que a discriçam do Autor, mostra no Prologo da sua obra o proueito que della se pode tirar, & se a constancia he a columna do Imperio do amor, a constante Florinda, cujo coraçam se não soube nunca despojar de hũ affecto, ainda que terreno, ensina aos que como v. m. se consagraraõ a Deos, que não deue ser o seu amor trofeo da inconstância, & despojo do tempo demais do que a razaõ, offerece nesta obra hũ tributo a hũa senhora tam calificada, & Religiosa como v. m. o he [...]*⁸³

Ainda na dedicatória da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* a São Francisco Xavier, «Peregrino Celestial» e «Apostolo do Oriente», o Padre Alexandre de Gusmão introduz ao leitor preciosas indicações do que este poderia encontrar no corpo da novela que se seguia aos textos preliminares, uma vez que os dois protagonistas da obra, Predestinado Peregrino e Precito, seguiram, ainda que o último em sentido contrário, o percurso traçado pelo exemplo do dedicatário:

*[...] seguindo este meu Peregrino vossos passos, como luz que sois de Peregrinos [...] no roteiro de vosso exemplo [...] Peregrino fostes que sabindo do Egipto para a Cidade de IESV, correstes como sol allumiando tantas terras com luzes peregrinas de celestiaes virtudes até chegar á doce Patria de Ierusalem do Ceo, como Predestinado Peregrino [...]*⁸⁴

Alguns anos mais tarde, na edição da II Parte da obra *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta* dedicada pelo seu autor, o Padre Mateus Ribeiro, «Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d'ElRey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificaçoens, & Secretario da Augustinssima Rainha Nossa Senhora, Vedor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mor de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c.», Filipe de Sousa Vilela, responsável pela redacção do texto da dedicatória,

⁸³ REBELO, Gaspar Pires de (1761) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Lisboa, na oficina de Francisco Borges de Sousa. Dedicatória da I Parte «À Nobilíssima, E Religiosíssima a Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa».

⁸⁴ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf. Dedicatória «Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».

confirma a continuidade do tema desenvolvido e apresentado já na dedicatória da I Parte da obra ao mesmo senhor:

*Prosegue a Roda da Fortuna a representação da sua inconstancia nos sucessos deste livro, & juntamente a representação da sua firmeza na eleyção desta Dedicatoria, pois segunda vez para lhe dar proteçao procura a esclarecida pessoa de Vossa Senhoria [...]*⁸⁵

Para além destas questões, cuja interpretação nos ajudou a esclarecer a forma como os autores estabeleciam a sua relação com o público-alvo cativando a sua atenção e despertando a sua curiosidade para a leitura das novelas então publicadas, nas dedicatórias é ainda possível encontrar traços das ligações existentes entre os escritores, os dedicatários e, até mesmo, entre os primeiros e os censores dos seus textos. Tendo em vista o período em que estas obras foram impressas, afigura-se relevante explorar estas ligações uma vez que delas decorria invariavelmente o sucesso editorial dos livros publicados em Seiscentos. Se as relações entre os autores e os dedicatários denunciam situações de mecenato, traduzido, simultaneamente ou não, num patrocínio económico e na influência exercida pela personalidade escolhida para proteger quer as obras quer os autores, as relações entre estes últimos e os censores, que em alguns casos chegaram mesmo a ser os dedicatários de obras cujo texto reviram, traduzia-se sobretudo numa atitude de maior benevolência quanto à concessão das licenças de impressão de novelas contendo motivos amorosos e profanos⁸⁶. É neste sentido que se devem entender os louvores e os agradecimentos prestados pelos escritores aos seus dedicatários, num discurso simples e humilde.

⁸⁵ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, Composta pelo Padre Mattheus Ribeyro, Theologo, Prêgador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. *Com todas as licenças necessarias*. Cf. «Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.»

⁸⁶ É este o caso da dedicatória da segunda edição da obra de Mateus Ribeiro, *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1672), dirigida «Ao Senhor Manoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S. Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra» (cf. RIBEIRO, Mateus (1672) — *Alivio de Tristes, E Consolação de Queixosos. Composto Pello P. Matthevs Ribeiro Theologo Prêgador deste Arcebisgado, & natural de Lisboa. Dedicado Ao Senhor Manoel Pimentel de Sovsa, do Conselho de S. Alteza, & do Geral do S. Officio, Conego prebendado na Sé de Coimbra, etc.* [Gravura] Em Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M. CD. LXXII. *Com todas as licenças necessarias*). Curiosamente, o autor do texto desta dedicatória não é Mateus Ribeiro, mas «Joseph Leite Pereyra» que no início do mesmo começa por manifestar alguma indecisão na escolha do dedicatário para depois de recorrer a uma «fábula» ligada à tradição do Antigo Testamento (relata em breves palavras a benevolência com que o «Monarcha Artaxerxes Assuero» – monarca pagão que terá ajudado o povo de Jerusalém – acolheu a «amorosa acção do rustico Sineres») elegê-lo com maior honra e elogios. Aponta ainda algumas indicações quanto ao sucesso editorial alcançado pela primeira impressão da obra (a de 1648, dedicada a D. Jerónimo Fernando, Bispo do Funchal) que pelo facto de ter sido protegida «de huma desta Mitra» foi bem acolhida entre o público-leitor.

Na dedicatória d' *A Primavera*, obra oferecida a Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, Francisco Rodrigues Lobo começa por dizer o seguinte:

Ninguém duvida que as flores desta Primavera se devem mais ao sol que as criou que à terra onde nasceram, e que o ser de V. S. lhe dá mais graça e pode dar maior fama que o meu engenho. Este conhecimento (fora outras obrigações) me faz que ofereça a V. S. este livro, ao qual, quando faltem merecimentos da minha parte, teve da de V. S. muitos favores para esta ousadia que, como favorecida, fica desculpada [...]»⁸⁷

Destas afirmações se depreende que D. Juliana de Lara aparece como a «musa inspiradora» (o «sol») da novela de Rodrigues Lobo, por quem «as flores desta *Primavera*» foram redigidas (a «terra onde nasceram»). Por outro lado, note-se que neste passo o autor revela ainda o motivo da escolha que determinou a oferta da sua obra a esta senhora: mais do que do engenho e mestria de seu autor, poderia a «graça» de D. Juliana de Lara determinar a tão desejada «fama» d' *A Primavera* junto dos leitores. Sobre a referência a «outras obrigações» apenas poderíamos especular quanto a uma situação de patrocínio económico, situação que é desde logo eliminada posto que na folha de rosto da edição em que se inclui o texto desta dedicatória se lê que a novela foi impressa «A custa de Domingos Martines, Mercador de liuros». Estariam então essas «obrigações» ligadas a uma eventual influência exercida pela Condessa de Odemira, dada a sua posição social, sobre as entidades responsáveis pelo processo administrativo conducente à obtenção das licenças necessárias à publicação e livre circulação da obra? Poderia ser, efectivamente, esta a situação, já que no «Prólogo ao Leitor» Francisco Rodrigues Lobo começa por dar a conhecer as dificuldades de obtenção das licenças de impressão no século XVII, sobretudo no caso das novelas:

Direis, sábio Leitor, que dou esta sentença contra mim, pois tendo na primeira impressão desta obra, com aviso dos que a encontraram, tantos desenganos do que me podia montar o fruto dela, cometi a fazer a terceira, que agora vos apresento, com as próprias armas e defesa com que no primeiro encontro a recebeste, e que assim porfio contra o que vejo e me engano com o que faço»⁸⁸.

Com estas afirmações, o autor revela ainda que teve de proceder a algumas

⁸⁷ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 45. Cf. Dedicatória «A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, *Prólogo*» da edição de 1619).

⁸⁸ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 47 do «Prólogo ao Leitor» da edição de 1619).

alterações quanto ao original para não sofrer as nefastas consequências da acção censória. Já no final da dedicatória, em estilo humilde, honra o autor D. Juliana de Lara dizendo que

[...] *se um serviço tão pequeno interessado em tão grandes mercês for de pouca estima, ponha V. S. o preço dele na vontade, que pèra tão grande ânimo e juízo deve valer mais que tudo o que é menos que ele*⁸⁹.

O tópico da «vontade» que aqui se apresenta identifica-se como uma outra forma de justificação para a redacção de obras enquadradas no campo da literatura de «recreação», sendo que o encontramos também noutras dedicatórias das novelas que aqui fazem parte do *corpus* textual em análise.

Chegados a este ponto, torna-se relevante identificar quem foi de facto D. Juliana de Lara na época em que *A Primavera* surgiu, crendo que terá provavelmente sido a sua ascendência que determinou o sucesso de uma possível intervenção no processo administrativo pelo qual passou a primeira novela pastoril da trilogia de Rodrigues Lobo ou, então, apenas um patrocínio prestigiante num texto dedicado a «damas».

Consultada a *Nobreza de Portugal e do Brasil*, reuniram-se as seguintes informações adaptadas: D. Juliana de Lara era filha de D. Manuel de Menezes, 7º Conde (por Carta de 4.12.1577- D. Sebastião), 5º Marquês e 1º Duque de Vila Real (por Carta de 28.12.1585 – Filipe I (II)), 1º Conde de Alcoutim e 5º Conde de Valença (o qual antes de suceder na Casa se chamou D. Manuel de Noronha) e de s. m. D. Maria da Silva, Dama da Rainha D. Catarina. O citado D. Manuel de Menezes herdou os senhorios dos seus maiores e foi 7º capitão-general de Ceuta, cargo que exerceu efectivamente durante 10 anos, tendo guerreado activamente os Mouros. Estava em Ceuta quando da primeira visita a África de D. Sebastião, que recebeu com grande aparato e ostentação. Na crise da independência que se seguiu à morte do Rei, tomou partido por Filipe II (III), que o premiou com o título de Duque. Este D. Manuel de Menezes foi irmão (entre outros) de D. Miguel de Menezes, 6º Conde e 4º Marquês de Vila Real, o qual tendo casado em 1557 com D. Filipa de Lancastre, f. sem geração, em Março de 1564, de um coice de um cavalo, pelo que D. Manuel lhe sucedeu no título e Casa⁹⁰. Condessa de Odemira pelo seu casamento; c. em 1598 com D. Sancho de Noronha, 6º Conde de Odemira, n. postumamente em Abril de 1579 e f. a 12.12.1641, fº de D. Afonso de Noronha, 5º Conde de Odemira,

⁸⁹ LOBO, Francisco Rodrigues (1601) — *A Primavera de Francisco Rodrigues Lobo*. (cf. PIREZ, Maria Lucília Gonçalves (2003) — Introdução a Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera*. Ed. cit., p. 45. Cf. Dedicatória «A Dona Juliana de Lara, Condessa de Odemira, Prólogo» da edição de 1619).

⁹⁰ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes, Marquesses e Duques de Vila Real». Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. III, p. 523-528 (527).

o qual em 24.2.1578, assistiu com outros fidalgos e prelados à Junta que se realizou no Paço de Santos, em que D. Sebastião defendeu a sua ida a África, e que morreu na batalha de Alcácer Quibir, e de sua 3ª mulher D. Violante de Castro, f. a 18.6.1646, já no reinado de D. João IV. Por Carta de 4.7.1593 foi-lhe confirmado o condado e senhorio de Odemira, sempre com o tratamento de sobrinho de El-Rei. Em 18.10.1609 nova Carta (mais tarde confirmada em 25.8.1625) determinou que o título passasse a ser de juro e herdade, nos termos da Lei Mental. Depois da Restauração foi por D. João IV elevado a Mordomo-Mor da Rainha D. Luísa de Gusmão, cargo de que teve Carta a 6.12.1641, poucos dias antes da sua morte⁹¹. Do casamento de D. Sancho de Noronha com D. Juliana de Lara, houve apenas uma filha que morreu criança pelo que o título foi renovado em seu parente D. Francisco de Faro e Noronha, feito 7º Conde de Odemira e filho dos 2ºs Condes de Faro⁹².

O estudo da genealogia permitiu descobrir que existia uma ligação familiar entre a dedicatária d' *A Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo, D. Juliana de Lara, Condessa de Odemira, e o dedicatário da *Lusitânia Transformada* de Fernão Álvares do Oriente, D. Miguel Luís de Meneses, Marquês de Vila Real. Na mesma *Nobreza de Portugal e do Brasil* confirmou-se que foram irmãos de D. Juliana de Lara (entre outros): D. Miguel Luís de Menezes (a quem é dedicada a *Lusitânia Transformada*), 8º Conde e 6º Marquês de Vila Real, 5º Conde de Alcoutim e 6º Conde de Valença que foi também o 1º Duque de Caminha, que morreu a 10.8.1637, filho primogénito dos 5ºs Marqueses e 1º Duques de Vila Real. Teve primeiro os títulos de Conde de Alcoutim e de Valença, que competiam aos herdeiros da ilustríssima Casa de Vila Real, com honras de parente e o tratamento de sobrinho de El-Rei. Por morte de seu pai foi 6º Marquês de Vila Real e elevado a Duque de Caminha por Carta de 14.12.1620 por D. Filipe III. Foi 8º capitão-general e governador de Ceuta, onde esteve durante muitos anos. Casou duas vezes: a primeira, em 1604, com D. Isabel de Lancastre, que morreu a 21.5.1626, filha do 2º casamento do 5º Duque de Bragança, s.g.; a segunda, com sua sobrinha D. Maria Brites de Menezes, filha de D. Luís de Noronha e Menezes, irmão do Duque, e de sua mulher Juliana de Menezes, s.g. Fora do matrimónio teve o Duque de Caminha uma filha natural, de que foi mãe, D. Maria Xuar, de Ceuta, a quem deixou os bens livres e tentou deixar a sua grande casa, o que deu origem a uma demanda com o sucessor no título⁹³.

⁹¹ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de Odemira». Ed. cit., vol. III, p. 65-68 (67).

⁹² AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de Odemira». Ed. cit., vol. III, p. 65-68 (67).

⁹³ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Duques de Caminha». Ed. cit., vol. II, p. 470-471 (471). Cf. ainda ORTA, Diogo Manuel de — *Alegação de Direitos por D. Carlos de Noronha e D. Ana de Menezes Sua Mulher sobre a Sucessão da Casa e Estados de Vila Real e Morgados que Vagaram por Faleci-*

Tendo sido Fernão Álvares do Oriente um autor de «resistência», integrando o conjunto de todos aqueles que fizeram ecoar nas suas obras a luta contra o domínio filipino pela elevação das ilustres qualidades do povo e da cultura portuguesas, não será de estranhar que tenha dedicado a publicação da *Lusitânia Transformada* ao citado D. Miguel Luís de Meneses, até porque o mesmo manteria possivelmente as melhores relações com alguns dos membros do Ordinário. Depois de glorificar as suas acções e o seu entendimento no «Proémio Dedicatório» que lhe dirige, Álvares do Oriente confirma nos passos seguintes a protecção que obteve do dito dedicatário:

*Ovi agora a fruta ruda, e o gosto / Enxergue com que em seu favor vos rides, / Já que, no céu de vossas glórias posto, / Estais feito no mundo um novo Alcides, / Que assi no campo dá seguro encosto / O mais alto arvoredo às tenras vides, / Arrimo à frágil hera o forte muro: / E à vossa sombra cantarei seguro*⁹⁴.

No final do mesmo «Proémio» manifesta o autor a sua humilde posição na oferta que faz a D. Miguel Luís de Meneses:

*Depois das vossas obras o alto preço / Entregarei ao meu inculto estilo. / (...) / Entanto nesta oferta lh'ofereço / O desejo que tenho de servi-lo, / Posto que nisso ao Céu, pouco seguro, / Minhas asas Ícaras aventuro*⁹⁵.

Idênticas considerações relativas à necessidade de se ter como protector e promotor editorial uma entidade socialmente reconhecida, facto que como já se sublinhou decorria não apenas da necessidade de facilidades na relação com os mecanismos censórios, mas também, e muitas vezes simultaneamente, na procura de um patrocínio prestigiante, no século XVII, podem encontrar-se na dedicatória da novela *A Paciência Constante* de Manuel Quintano de Vasconcelos, dirigida a D. Lopo de Azevedo, «Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de S. Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.»⁹⁶ na qual se lê pela mão do autor o texto que se segue:

mento do Duque de Caminha, Marquês de Vila Real, D. Miguel de Menezes, Pai da dita D. Ana de Menezes. [S.L.: s. d. (1639?)].

⁹⁴ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 19.

⁹⁵ ORIENTE, Fernão Álvares do (1607) — «Ao Marquês de Vila Real | Proémio Dedicatório» da primeira edição. In ORIENTE, Fernão Álvares do (1985) — *Lusitânia Transformada*. Ed. cit., p. 19.

⁹⁶ Esta informação é corroborada pela que se encontra em AA.VV. (1960) — *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Tomo III, p. 923: «AZEVEDO (Lopo Vaz de). Claveiro da Ordem de Avis, do Conselho de D. João II e por este Rei nomeado almirante em 1485, com a declaração de que este cargo continuaria em sua família. Foi capitão e governador de Tânger. O cargo de almirante andou muitos anos na família Lopo Vaz de Azevedo e passou depois à dos Castros, que dela procedia».

*Compus há muito tempo este livro pastoril, e, duvidando imprimi-lo, temeroso da calúnnia com que ociosos pagam qualquer honesto trabalho, agora me dispus, seguro que, se há nele que repreender, há mais que louvar na eleição de o dirigir a V. M. Sirva-se V. M. de pôr nele os olhos, porque assi ficará agradável ao de todos, e eu com ânimo de outra impresa mais digna de proteção de V. M., cuja pessoa e estado guarde Deus, e augmente felices anos, etc*⁹⁷.

Um ano apenas após a edição d' *A Paciência Constante* veriam a luz do dia as *Ribeiras do Mondego* de Elói de Sá Sottomayor. No entanto, e como refere o autor na dedicatória da novela «A Dvarte D'Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil»

*Muyto antes que a Primavera aparecesse nas Ribeyras do Tejo, onde Lereno della autor, & Cysne dellas acabou de cantar, corriaõ as minhas do Mondego encubertas porem com a espessura de altas arvores, que lhes não dauaõ mais de si, que a sombra pèra as escurecer, & a folha pèra as enturuar, & lhe impedir o curso*⁹⁸.

Ora, essas «arvores» que encobriam e escureciam as águas do Mondego a nada mais se referem do que às pressões exercidas pela censura preambular aquando da passagem obrigatória pelo processo administrativo a que eram submetidas todas as obras de ficção narrativa em prosa de Seiscentos. Nada mais evidente se demonstra com estas afirmações, já que alguns anos antes, Francisco Rodrigues Lobo sentira a mesma pressão para poder ver publicada a sua novela *A Primavera*. Posto isto, entoa Sottomayor os seus louvores a D. Duarte de Albuquerque Coelho, procedendo igualmente ao enobrecimento da sua ilustre ascendência:

Jâ agora a pezar da inueja, & do esquecimento passaraõ mais avante até chegar à vista, & ao pè de hũa planta bem assombrada, & fértil, não menos illustre pellas flores, [que] conhecida pello fructo [D. Duarte de Albuquerque Coelho]; de cujo tronco pende hũ escudo, que em suas armas representa a alta genealogia dos Albuquerque, leuautada sobre a cabeça de Asia, sustentada sobre os hombros de Africa, dilatada pellos braços da America, & recolhida no coração de Europa. Desta quizera eu dizer muyto, senaõ fizera mais em emmudecer:

⁹⁷ VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1622) — «A Dom Lopo de Azevedo, Almirante destes Reinos de Portugal, Cavaleiro do Mestrado de São Bento de Avis, Comendador, e Alcaide-Mor da Vila de Jurumenha, etc.» da edição *princeps*. In VASCONCELOS, Manuel Quintano de (1994) — *A paciência constante. Discursos poéticos em estilo pastoril*. Ed. cit., p. 117.

⁹⁸ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D'Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVII. No original todo o texto surge em itálico.

[que] *as cousas grandes vêm se sem que as leuantes; & no silencio das mayores está o preço dellas*⁹⁹.

No final desta sua dedicatória, Elói de Sá faz um apelo directo ao dedicatário da mesma pedindo-lhe, enquanto figura social reconhecida e influente que teria sido na altura, que aceitasse, amparasse, defendesse e honrasse a obra então dada a conhecer:

*Mas se (como hejá dito muytas vezes) posto [que] o Mar recolha em si famosos Rios, não despreza humildes Ribeyras, estas aceite, ampare, defenda, & honre V. S. cuja vida, & estado com felicíssimo augmento o Ceo prospere por largos annos*¹⁰⁰.

A terceira edição da I Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1672), de Gaspar Pires de Rebelo é dedicada «À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva Freira em S. Clara de Lisboa», sendo que para além destas informações nada mais se conseguiu reunir aos seus dados biográficos. No entanto, no texto da dedicatória desta novela o autor fornece elementos que nos permitem estabelecer uma ligação entre a escolha da pessoa a quem a ofereceu e a pretendida legitimação da obra junto das entidades que determinariam a sua impressão e divulgação. É neste sentido que se deve ler e interpretar o primeiro período desse texto que passamos a citar:

*Se as offertas se haõ de proporcionar à calidade dos sogeitos a que se fazem, a deste liuro que não contem mais que os empenhos de hum amor profano, parece nam devia fazer a hũa pessoa que como v. m. està toda desuelada nasfinezas do diuino*¹⁰¹.

Como clérigo e, simultaneamente, autor de novelas versando assuntos profanos e temáticas amorosas, Pires de Rebelo dedica esta I Parte dos *Infortúnios Trágicos* (edição de 1672) a uma religiosa que em tudo podia legitimar, pelo menos do ponto de vista simbólico, o seu conteúdo ficcional pelas virtudes morais demonstradas com o exemplo de vida que praticava. Mantendo uma

⁹⁹ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVII-XVIII.

¹⁰⁰ SOTOMAIOR, Elói de Sá (1623) — «A Dvarte D’Albvqverqve Coelho, Capitaõ, & Governador perpetuo da Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil» da primeira edição. In SOTOMAIOR, Elói de Sá (1923) — *Ribeiras do Mondego*. Ed. cit., p. XVIII.

¹⁰¹ REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor». Lisboa. / Na Officina de Ioam da Costa; / a custa de Antonio Leite Mercador de liuros / na Rua Noua. / M.DC. LXXII. *Com todas as licenças necessárias*. No original todo o texto surge em itálico.

relação de intertextualidade com o «Prólogo aos Leitores» da mesma parte e edição da novela, a sua dedicatória aparece também no contexto do *prodesse ac delectare* em defesa do autor e da ficção narrativa em prosa da literatura de entretenimento ou «recreação», como já tem sido mencionada. As presentes considerações tem, então, por base as seguintes afirmações:

*Mas serue me de desculpa a mesma Apologia com que a discriçam do Autor, mostra no Prologo da sua obra o proveito que della se pode tirar; E se a constancia he a columna do Imperio do amor, a Constante Florinda, cujo coraçam se não soube nunca despojar de hũ affecto, ainda que terreno, ensina aos que como v. m. se consagraraõ a Deos, que não deue ser o seu amor trofeo da inconstancia, E despojo do tempo demais do que era razão, offerecesse nesta obra hũ tributo a hũa senhora tam calificada, E Religiosa como v. m. o he; [...]*¹⁰².

Pretendia-se, deste modo, fazer notar que a constância de Florinda no seu amor por Arnaldo, ainda que terreno, era tão exemplar como a constância do amor dos que, tal como a «Sr.^a D. Maria da Sylva», se mantinham constantes no amor a Deus e na entrega à vida religiosa. Por outro lado, é possível determinar pela designação «hũa senhora tam calificada» que esta freira seria de ascendência nobre, como aliás se atesta no texto da dedicatória em passos apresentados mais à frente, nos quais se manifesta também o elogio à dita senhora em estilo simples e revelador da atitude humilde com que o seu redactor entende o engenho de que é detentor:

*[...] E se me não estendo em celebrar aqui estas duas preeminencias, que sempre derão a v. m. os primeiros lugares, assi no seculo, como na Religião, he porque a limitação do meu talento se não atreve a hũa empreza tam grande: Em quanto à primeira basta dizer, que he illustrada com ascendência Real, E em quanto à segunda que he ornada com todas as virtudes que fazem hũa Religiosa cabalmente perfeita [...]*¹⁰³

A associação das virtudes morais, que como já explicámos terá contribuído para legitimar, por comparação da constância do amor terreno e do amor espiritual, o conteúdo ficcional da novela de Gaspar Pires de Rebelo, com a ascendência nobre de D. Maria da Silva, que, por sua vez, terá exercido influência aquando da passagem da obra pelas três entidades reguladoras da publicação do livro no século XVII, foram os motivos que determinaram a oferta desta I Parte

¹⁰² REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «*À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa*», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor», da I Parte. Ed. cit.

¹⁰³ REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «*À Nobillissima, E Religiosissima Sr.^a D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa*», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor», da I Parte. Ed. cit.

da terceira impressão dos *Infortúnios Trágicos* a esta senhora. Por isso afirma o autor da dedicatória que

[...] *estes são os motivos que me obrigaraõ a que dedique a v. m. nesta offerta o meu obsequio, & se v. m. o aceitar com a benignidade que espero, procurarei de me auantejar no seu serviço, com o respeito que devo*¹⁰⁴.

A primeira edição da II Parte dos *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda* (1633), de Gaspar Pires de Rebelo é, por sua vez, dedicada «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra.», cuja biografia e genealogia não nos foi possível identificar, sendo, no entanto, de sublinhar o facto de se tratar de um elemento da Igreja, à semelhança do que ocorrera anteriormente com a escolha do dedicatário da I Parte da mesma obra¹⁰⁵. No início da dedicatória a esta II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, Gaspar Pires de Rebelo começou por enquadrar a escolha do seu dedicatário no âmbito da defesa da novela então apresentada, afirmando integrar-se no conjunto dos autores, antigos e coevos, que tinham por costume oferecer as suas composições a personalidades ilustres:

*Sempre tiue por bem acertado costume illustrissimo senhor o que os Autores antigos tiuerão, & ainda quasi todos os modernos hoje costumão de offerecer, & dedicar suas obras a grandes, & poderosos senhores*¹⁰⁶.

¹⁰⁴ REBELO, Gaspar Pires de (1672) — Dedicatória «*À Nobilissima, E Religiosissima Sr.ª D. Maria da Sylva, Freira em S. Clara de Lisboa*», redigida por Druzo Zagalejo seu «humilde seruidor», da I Parte. Ed. cit.

¹⁰⁵ Gaspar Pires de Rebelo adianta, contudo, que «Luis Correa», («...») descêde da nobilíssima família dos Correias, tão antiga, como estimada não só dos Reis de Portugal, mas tambem de outros estranhos conhecida, por auer mais de 300. annos que se continua, misturandose sempre com as mais illustres casas do dito Reino, pella qual rezão he V. m. tambem Meneses, Miranda, Tauora, e Silveira. E os Reis de Portugal fizeraõ sempre muito caso dos Correias, assim nas guerras, e conquistas da India, como também em a paz el Rey Dom Afonso quinto fez muito caso de Rodrigo da Atouguia tratado de V. m. fazendo de seu côselho, e delle foi como hũ dos mais principais estimado, e depois foi veador da fazenda da Infanta dona Brites, filha del Rey Dom Manoel. Pois se de hũa parte he V. m. tão illustre não o he menos pella dos Siluas: família tão nobre, e antiga, que cõforme os scriptores tras de Eneas Siluio, e Ascanio, continuandose pelos Emperadores Romanos, até as mais illustres casas, e nobres famílias do Reyno, sendo de todos os Reis estimados, e como a tais lhes cometeo, e encarregou sempre os maiores officios, como ainda hoje ao presente vemos. E pois he não taõ conhecida de todos esta verdade, não me detenho mais em relatar grandezas de illustre sangue, e mais quando ellas têm por cifra que lhe acrescenta o ser, tanta virtude; que he a que V. m. califica sua nobreza: que mal pode estar ao mundo encoberta (...).» In REBELO, Gaspar Pires de — *Infortvntios Tragicos da Constante Florinda. Autor o Licenciado Gaspar Pirez de Rebelo, Freire professo da Ordẽ Militar do Glorioso Apostolo Sanctiiago da Espada, Sacerdote Theologo, & Pregador Prior de Crasto verde, & natural da Villa de Ajustrel do Campo de Ourique, Offerecido ao Illvstrissimo senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lodrello Doutor em os Sagrados Canones, & Mestre em Artes, pela Vniversidade de Coimbra. Nesta Segunda impressãõ, acrescentados pelo mesmo Autor. Anno [Gravura] 1633 Com todas as Licenças necessãrias Em Lisboa, Por António Aluarez.*

¹⁰⁶ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «*Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados*

Estas considerações assumem especial preponderância no quadro que temos vindo a traçar, não apenas porque concorrem para a identificação do problema da censura à qual os autores de Seiscentos tinham de fugir protegendo-se no acolhimento de mecenas influentes, mas sobretudo porque identificam um tipo de discurso recorrente e, não raras vezes muito semelhante, na maioria das dedicatórias que temos vindo a analisar. Assim sendo, Gaspar Pires de Rebelo identificou claramente a escolha do «Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra» para dedicatário desta II Parte dos *Infortúnios Trágicos*, com o objectivo de se valer da sua protecção, tanto mais que da sua ascendência poderia também colher grandes vantagens¹⁰⁷. Fundamentando a sua argumentação em autores como «Chrysipos», Aristóteles, Platão e Cícero, o autor defendia

*Que a verdadeira nobreza não so consiste em illustre sangue, mas em ser acreditado com a virtude, e tanto, [que] a onde não ha esta, por improprio se pode ter o nome com que a nobreza se declara. [pelo que] Fica logo claro, que não podia eu achar outra pessoa mais nobre que a de V. m. a quem pudesse (ainda que não forão de permeio as obrigações) offerecer esta piquena obra: porque em ella não sò com illustre sangue, mas com rara virtude se califica sua nobreza*¹⁰⁸.

Neste sentido, acrescentou ainda o autor que o seu dedicatário não só já tinha dado provas dessa virtude, como continuava a dá-las:

E mais quando V. m. tem dado tantas mostras della ao mundo, e está continuamente dando. Porque, que maior mostra de virtude, que deixar o estado secular, e tomar o de Sacerdote, pêra [que] melhor pudesse encaminhar as almas ao Ceo, gastando algũs annos em as vniuersidades, que não tâtos forão como

Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹⁰⁷ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.: «(...) E assigno eu duas rezões em confirmação da muita que elles mostraõ. A primeira he, porque em elles está mais certo o refugio, mais seguro o emparo, mais auntejado o fauor, mais agradecido o seruiço, & mais bẽ apremiado o trabalho. E debaixo de sua protecção fica a obra mais livre de calumnias, mais izêta de offensas, & mais emparada das tempestades de algũas lingoas. Segunda, que como a bondade corra sempre aparelhas com a nobreza, parece que interessaõ no offercimento receber os effeitos della, não só como obrigação, senão tambem como diuida: que assim como nesta está o sábio de dar conselho ao ignorante, está o poderoso de amparar ao fraco, & ao nobre de honrar a todos com sua protecção, & emparo».

¹⁰⁸ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

*foi o muito que V. m. em elles aproveitou com seu claro engenho, ficando tão auentejado em letras, quanto o he nas virtudes. [...] E que maior mostra de virtude, que apartarse V. m. de seu natural, & mais sendo a cidade de Lisboa: digna de ser, entre todas as do mudo por principal, assi porsuas grãdezas tão raras como por dar a elle hũ sujeito tão grade, & tão ilustre tida qual he a pessoa de V. m. E isto por fugir das honras do mundo, & sô tratar do bem de sua alma, & de aproveitar as alheias*¹⁰⁹.

Proseguiu Gaspar Pires de Rebelo os elogios a «Luis Correa» evocando o exemplo de Platão e sublinhando o facto de o seu dedicatário ser, também ele, autor de uma obra a publicar em Seiscentos¹¹⁰, no sentido de aproveitar aos seus leitores encaminhando-os para a escolha de um percurso de vida dedicado à prática da virtude moral. A propósito da confirmação das qualidades de «Luis Correa» e do sucesso que a sua obra poderia vir a alcançar uma vez publicada, Gaspar Pires de Rebelo concluiu esta questão citando Séneca:

*Despreza a gloria (diz Seneca), & seràs glorioso, despreza a hõra, e seràs honrado. E a tal honra então fica em V. m. mais engrandecia, pois só com merecimentos a grangea; que a gloria então he mais excelente quãdo mais se merece, e menos se procura: e deixara V. m. em o mundo por tam memorauel feito immortal fama*¹¹¹.

Relembra, ainda, Plínio («Por acreditar muito Plinio a [excelência] de Catão Censurino tam celebrado dos antigos, disse que tinha três particularidades, que era perfeito capitão, perfeito orador, perfeito senador») para acrescentar que «Luis Correa» era, por sua vez, «perfeito Sacerdote, perfeito virtuoso, & perfeito

¹⁰⁹ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹⁰ «Do diuino Platão se conta, que por fugir das honras do mudo, e pudesse melhor aproveitar a si, & aos outros deixou a cidade de Athenas, & se foi a hũ lugar chamado Academia, & aly ensinava a seus discipulos a desprezar as riquezas humanas, & sospirar pelas diuinas, & algũs liuros fez em que ensinava a governar as republicas, & excitava os mortais a immortalidade. A quẽ cabe melhor esta figura [que] a V. m. pois por fugir as honras do mundo deixou o natural, & se retirou em a sua Igreja em o Mosteiro de Lordello, dõde está ensinando suas ouelhas o caminho da gloria. E ainda se ocupou em fazer hũ liuro, para mais aclarar o caminho aos letrados de sua facultade o qual (com o fauor de Deos) virá cedo a lume, & bẽ creio [que] por ser parto de tal entendimento da rã grãde claridade ao mundo». Cf. REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹¹ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illvstrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit. No passo seguinte enumera Pires de Rebelo alguns dos autores e outras figuras históricas da Antiguidade Clássica a quem se pode atribuir o mesmo percurso. São eles Aristóteles, Cicero, Marco Curio e Cincinato.

letrado»¹¹². Nos curtos louvores prestados ao seu dedicatário, o autor desta II Parte dos *Infortúnios Trágicos* reconheceu os «mercimēntos» que lhe devia, referindo-se às «diuidas em [que] por elles lhe estaua obrigado», oferecendo-lhe, por isso, esta obra. Embora considerasse ser um «fraco seruiço» prestado a tão grandes benevolências, Pires de Rebelo desculpou-se colhendo em Cícero a sua justificação:

*Nestas [obrigações] estarei eu sempre a V. m. [obrigado] por [que] alem das muitas que lhe tenho me aceita este fraco seruiço, que ainda quem me desculpa, que he Cicero na primeira tosculana donde diz. Lectionem fine delectatione negligo. E ainda que esta [a II Parte dos Infortúnios Trágicos] pareça não ser de muito proueito, cõ tudo sempre causará deleição ao entendimento*¹¹³.

Numa clara relação de intertextualidade com o «Prólogo aos Leitores», recupera aqui o autor a questão da defesa da ficção narrativa em prosa no século XVII, no caminho do *prodesse ac delectare*. É neste contexto que se deve interpretar o pedido explícito de Pires de Rebelo a «Luis de Correa» para que protegesse a II Parte da sua novela:

*E por entender que merece ser mordido de algũas lingõas venenozas, para que lhe nam possam fazer mal com a peçonha, peço a V. m. ma queira amparar de baixo de sua sombra*¹¹⁴.

Já a edição *princeps* do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), do Padre Mateus Ribeiro é dedicada «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade»¹¹⁵. Terá sido este senhor, pela ascendência que tinha e pelos cargos que ocupou, uma pessoa de grande influência à data da publicação desta novela de Mateus Ribeiro, seu «Capellaõ», como se constata pela assinatura do próprio autor no final do texto. De molde a esclarecer as possíveis ações que D.

¹¹² REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illustrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹³ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illustrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹⁴ REBELO, Gaspar Pires de (1633) — *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*. Dedicatória «Ao Illustrissimo Senhor Luis Correa, Abbade da Parrochial Igreja, & Mosteiro de Lordello: Doutor em os Sagrados Canones, & mestre em Artes pola Vniversidade de Coimbra». Ed. cit.

¹¹⁵ RIBEIRO, Mateus — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. Primeira Parte, Composta Pello Padre Matheus Rybeiro Theologo Prégador deste Arcebispaço, & natural de Lisboa. Dedicada Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, &c. Em Lisboa, Com licença, & priuilegio. Por Manoel da Sylva. 648 [i. é. 1648]: impresso à custa de Rodrigo Meas, 1648.

Jerónimo Fernando poderá ter tido quanto à obtenção das licenças necessárias à publicação desta primeira edição do *Alívio de Tristes*, procurou-se identificar a sua biografia e genealogia seguindo as anotações deixadas por Mateus Ribeiro nesta sua dedicatória¹¹⁶ e recorrendo, uma vez mais, à *Nobreza de Portugal e do Brasil*¹¹⁷. Na impossibilidade de reunir outros dados biográficos relevantes de D. Jerónimo Fernando, conseguiu-se, contudo, confirmar o que Mateus Ribeiro deixara já mencionado na sua dedicatória de 1648. Assim sendo, foi seu terceiro avô o Infante D. Fernando (1433-1470), I Duque de Beja e II Duque de Viseu, filho de D. Duarte, «o Eloquentemente» (n. 31.10.1391, em Viseu, e f. 9/13.9.1438, em Tomar), décimo primeiro Rei de Portugal, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, casado com D. Leonor de Aragão (22.9.1433), filha do Rei D. Fernando I, Rei de Aragão e da Sicília e Infante de Castela, e da Rainha D. Leonor, Condessa de Albuquerque. Fronteiro de Beja aos 15 anos, e, depois de Ceuta, o Infante D. Fernando bateu-se ao lado de seu irmão D. Afonso V na tomada de Alcácer Ceguer (1458), fez correrias em terras de Marrocos (1463) e tomou Anafê (1468). Quando D. Afonso V, seu irmão, subiu ao trono foi jurado como seu sucessor. Senhor de Beja, Moura e Serpa, herdou de seu tio, o Infante D. Henrique, o ducado de Viseu e sucedeu-lhe na posse e administração dos Arquipélagos da Madeira, Açores e parte das Ilhas de Cabo Verde. Condestável de Portugal, mestre das Ordens de Cristo e de Sant'Iago, tornou-se um dos senhores mais ricos do país. Casou com D. Brites (1477), sua prima direita, filha do Infante D. João e teve, entre outros filhos, D. Manuel I, Rei de Portugal¹¹⁸. Quanto aos cargos que D. Jerónimo Fernando exerceu, como

¹¹⁶ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit.: «Resplandece esta [benignidade] no [peito] de V. Illustrissima com tal grandeza, que quando o Real lustre de seu sangue ignoraramos, pela natural benignidade o conheceramos herdada do serenissimo Infante D. Fernando terceiro avô de V. Illustrissima, que foi filho do inuicissimo Rey de Portugal D. Duarte, & pay do felicissimo Rey de Portugal D. Manoel de gloriosa memoria, de cujos Reaes tronos V. Illustrissima brotou como flor, renasceu como Fenix para gloria, & resplandor da nossa idade, em quem a natureza compendiou liberal, & cifrou discreta todas as excellencias, que para ornar a tal Prelado, para enriquecer a tal Principe conuinhaõ». Prossegue Mateus Ribeiro elogiando as sucessivas demonstrações do valor da ascendência de D. Jerónimo Fernando: «Testemunhas sejaõ de seu valor, & prudencia singular as muitas, & venturosas empresas, que por seu mandado, & cõ a felicidade de seus auspicios contra Turcos, Mouros, & mais inimigos daquelle tempo se executaraõ, & com nauaes vencimentos se conseguiraõ na ilha da Madeira sendo V. Illustrissima, para sua maior ventura, juntamente seu Prelado, & Governador, mostrando que tinha encerrado em seu peito aquele valor herdado, com que o serenissimo Infante D. Fernando seu progenitor passou em Africa contra os Mouros, assi em campanha do mui poderoso Rey Dom Affonso quinto seu irmão na conquista de Alcacereceguer o anno de nossa Redêpção de mil quatrocentos & cinquenta e oito, como quando segunda vez por seu mandado tornou a Africa com poderosa armada a destruir a maritima cidade de Anafê, empório da Mauritânia, infesto a Hespanha com tantas veras, à qual abrazou, & de todo arruinou no anno de mil quatrocentos & sesenta & oito, alcançando os gloriosos triumphos, que nossos historiadores referem».

¹¹⁷ AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «D. Duarte e sua descendência». Ed. cit., vol. I, p. 305-318.

¹¹⁸ Sobre este assunto consultar ainda as breves mas precisas notas da AA. VV. (1969) — *Enciclopédia Luso-*

Bispo do Funchal e Governador da Ilha da Madeira, foi igualmente possível confirmar o que nos deixou escrito Mateus Ribeiro na dedicatória em que lhe oferece o *Alívio de Tristes*, numa obra do século XVIII (1722) de Henrique Henriques de Noronha¹¹⁹. Interessante é notar como este D. Jerónimo Fernando, «Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade», tem como seu quarto avô o Rei D. Duarte, o autor do *Leal Conselheiro*, verdadeira colectânea de ensaios ético-religiosos com excursões pelos domínios da teoria literária e da linguística, por exemplo no capítulo sobre traduções para vernáculo e a pureza vocabular, deixando-nos, assim, uma das mais belas obras da prosa medieval. Foi ainda autor da *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela*, que embora incompleta, se apresenta como um verdadeiro manual filosófico de equitação e o primeiro deste género publicado na Europa¹²⁰. À luz destes factos, melhor se poderá vislumbrar a possível influência de D. Jerónimo Fernando no sucesso da publicação do *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos* (1648), daí decorrendo a escolha do seu patrocínio por Mateus Ribeiro. Introduce o autor o texto da sua dedicatória ao Bispo do Funchal com um pedido de desculpas por oferecer a tão ilustre senhor uma obra de valor «tam piqueno», justificando a sua ousadia na bondade e na brandura com que o fez¹²¹. Neste mesmo sentido, prossegue o seu discurso incluindo no texto da dedicatória uma «fábula» ilustrativa do seu acto, colhendo

Brasileira de Cultura. Lisboa: Verbo, vol. 6, p. 1811- 1814 e vol. 8, p. 604-606.

¹¹⁹ NORONHA, Henrique Henriques de — *Memorias Seculares e Eclesiásticas Para a Istória Da Diocesi Do Funchal Na Ilha Da Madeira Antigamente Primaz de todas as Conquistas Distribuidas na forma do Systema da Academia Real da História de Portugal por Henrique Henriques de Noronha Academico Provincial Anno de 1722* (dedicatória a António Carvalhal Esmeraldo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, datada de 25 de Janeiro de 1722), capítulo VI, «catalogo dos governadores desta Ilha, depois dos Donatarios até o Anno de 1640», p. 25-28: «20. D. Hieronimo Fernando Bispo que então era do Funchal, o qual tomou o bastão do governo por nomeação de seu antecessor [D. Francisco Henriques, 20.06.1622 a 24.06.1624], e dando parte a El Rey lhe confirmou mandando que continuasse, por patente de tres de Agosto do proprio anno de 1624., e governou ate Abril de 1625., em que lhe sucedeu: 21. Fernão de Saldanha [10.01.1625] (...) Teve pouco tempo este governo, ignoramos a cauza. Secedeu lhe: 22. D. Hieronimo Fernando Bispo do Funchal, o mesmo que lhe tinha entregue o Bastão, o tornou a tomar no seguinte anno de 1626., entendendo que por falecer o dito Fernão de Saldanha; porque achamos ordem do dito Bispo passadas como Governador do militar a 28. de Setembro do dito anno, em diante ate Abril do seguinte 1628. Secedeu lhe// [38] 23. D. Francisco de Souza [18.01.1627 a 3.08.1530] (...) em que por hum Decreto, passado a petição sua, em 23. de Março do proprio anno , se embarcou para Lisboa, deixando com o bastão terceyra vez a 24. D. Hieronimo Fernando, o mesmo Bispo// [39] que lho avia entregue, na forma da mesma ordem. Continuou este Prelado no governo o principio do anno de 1634., em que por outra provizão, lhe sucedeu. 25. D. João de Meneses, filho do grande general D. Manoel, que depois de ter servido em Alemanha, passou a governar esta Ilha ate o anno de 1636 (...).»

¹²⁰ *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, Pa., 1842; Lisboa., 1843 e edição critica de J. M. Piel, Lisboa., 1942-1944. Inéditos na Torre do Tombo., *Livro da Cartuxa de Évora*, ms. 1928, e B. N. L. F. G., cod. 3390 (ed. defeituosa em *História Geneológica – Provas*. Lisboa, 1739, t. II).

¹²¹ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos*. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.». Ed. cit.: «Que desculpa será bastante, Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor, a liuvarme da censura de auido, apresentando a V. Illustrissima tam pobre offerta, dom tam piqueno, senão for sua propria benignidade, que occasionou crianças a minha ousadia.»

no exemplo de outras personalidades o mesmo tipo de atitude e reforçando a ideia de que a humildade das ofertas é sempre bem acolhida pelos que assim a recebem¹²², não deixando de citar Plínio que a mesma ideia defendia. Adoptando o já habitual tópico deste tipo de literatura, a prestigiante e modelar conciliação entre as Armas e as Letras, Mateus Ribeiro aproveita para reforçar o seu discurso laudatório sublinhando o percurso académico do seu dedicatário:

*Estão em V. Illustrissima as letras em grao tam subido, como testemunhou a Real Academia Conimbricense, Athenas com razão de nossa idade, no honroso testemunho [que] mandou a Roma sobre os muitos merecimentos de V. Illustrissima, cujo treslado porei diante, para que as verdades que digo vejaõ os curiosos, que antes são limitadas com a modestia, que afectadas com lisonja, pois com tanta evidencia consta ter V. Illustrissima na sagrada Theologia, & Canones hum dos grãdes talentos que nossa pátria produziu, & o Reyno admirou, com estudo ainda ao presente tam continuo, que podem com razão queixarse as noites de as obrigar V. Illustrissima a satisfazerem com talento seu dispendio, as horas que lhe roubaõ forçosas occupaões do dia*¹²³.

Após estas considerações, o autor retoma a ideia inicial da dedicatória colocando em evidência a erudição, o juízo, a sabedoria e a «benignidade» de D. Jerónimo Fernando perante oferta que de tão humilde chegaria a ser uma ousadia¹²⁴. Termina o texto confirmando o facto de ter escolhido para dedicatário

¹²² RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit.: «Do grande Artaxerxes Rey da Persia, & Monarcha da Asia, se conta ser tam generoso em receber com affabilidade ofertas pequenas, que caminhando por hũa das Prouincias de seu Imperio, na qual os moradores seus vassallos sahiaõ a festejalo, & offerecerlhe as dadiuas que podiaõ, não tendo hum pobre lauador outra cousa, que seu Principe dedicasse, colheo nas mãos a agoa de bũa crystallina fonte, & offereceolha, não se desprezando o poderoso Monarcha de aceitala cõm rosto alegre, pondo a boca em tam rústica taça para bebel-a; fineza, que quando alguém a aualiasse por indecência da Magestade, trazia consigo a desculpa, como disse Plinio, em benignidade tam digna sempre de Reaes peitos».

¹²³ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit. Nesta edição, tal como refere no excerto presentemente transcrito, Mateus Ribeiro inclui o «TRESLADO DO TESTEMUNHO, que a Vniversidade de Coimbra mandou a Roma â Sanctidade de Paulo V. sobre D. Hieronymo Fernando, para a confirmação do Bispado do Funchal da Ilha da Madeira, &c.»), seguido de uma certificação dessa confirmação: «Certifico eu Henrique Calaça Escrivão da Câmara, & Visitação deste Bispado do Funchal, que he verdade, que em meu poder estão huns Autos, & nelles o treslado authentico de hum testemunho, que a Vniversidade de Coimbra deu a sua Sanctidade do Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo deste Bispado: do qual testemunho o treslado de verbo ad verbum heo seguinte [...]». Todo o texto que se segue está em latim. Dada a sua extensão optámos por não incluí-lo nesta nota, sendo que é possível consultá-lo no exemplar da edição a que recorremos para este estudo, existente, como indicado, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹²⁴ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc.»*. Ed. cit.: «Se á vista de tanta eruduaõ, de tam prudente juizo, de taõ sábio discurso, se atreue a sahir a luz minha ousadia com esta pobre offerta, que lhe dedica, seja a culpa de V. Illustrissima, [que] com sua grande benignidade dã confianças para que tam limitadas obras se auenturem a buscar tal patrocínio [...]».

da sua obra D. Jerónimo Fernando como forma de garantir o sucesso da mesma aquando da sua recepção:

[...] *para assegurar-se, confiando, que assi como o Sol com os reflexos de seus rayos costuma muitas vezes fazer que resplandeça o sogeito, a quem seu ser natural luzes não cõmunica, assi V. Illustrissima como Sol, em quem os resplendores de tantas excellencias se atesourão ilustrará as sombras, que nesta obra se achaõ, para que reuerberadas com os rayos de sua grandeza na presença de todos respaldeção, & os applausos, q por obra minha não merece, lhe assignem as luzes; [que] em V. Illustris. Busca o fauor [que] procura, & grandeza [que] uenera [...]*¹²⁵

Em 1681 saía da oficina de Miguel Deslandes a I Parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, composta pelo mesmo autor do *Alívio de Tristes*, dedicada a «Chistovam de Brito Lobo». De acordo com a informação colhida na folha de rosto desta edição, a *princeps*, a publicação do presente volume foi custeada por «Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca». No entanto, o Padre Mateus Ribeiro começou o texto da sua dedicatória reconhecendo as obrigações que deve ao seu dedicatário, Cristóvão de Brito Lobo:

*Nam posso desempenharme em parte das obrigações, que a V. M. reconheço, se não com lhe oferecer esta Parte Primeira do Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura, piquena offerta, mas nascida de hũa vontade grande*¹²⁶.

Neste excerto, como noutros a que temos feito referência, surge o mesmo tipo de discurso fundado no tópico da humildade com que os autores de Seiscentos ofereciam as suas obras a grandes senhores. Apesar de pequenas dádivas eram bem acolhidas pelos dedicatários, posto que as patrocinavam ora custeando-as ora favorecendo-as com as sua qualidades pessoais. É neste contexto que surge também o reconhecimento de possíveis falhas na elaboração das novelas seiscentistas, aspecto a que Mateus Ribeiro também não foge ao ter afirmado nesta dedicatória da I Parte do *Retiro de Cuidados* que

*Quem deuendo muito, paga pouco, ou pôde nascer da limitação dos cabedaes, ou do conhecimento ao que deue: Porém eu, que não ignoro o muito da diuida, pagando-a no que posso, euitarei a censura de parecer ingrato na paga; pois de cabedaes pequenos, não podem esperarse desempenhos grandes*¹²⁷.

¹²⁵ RIBEIRO, Mateus (1648) — *Alívio de Tristes, E Consolação de Queixosos. «Ao Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Hieronymo Fernando Bispo do Funchal, do Conselho de S. Magestade, etc»*. Ed. cit.

¹²⁶ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte. Composta Pello P. Mathevs Ribeyro, Theologo, Prêgrador deste Arcebisgado, & natural de Lisboa. Dedicado a Chistovam de Brito Lobo. [Gravura]* Lisboa. Na oficina de Miguel Deslandes. *Com todas as licenças necessarias*. 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca.

¹²⁷ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte. [...]* Dedicado a

Recorrendo a Plutarco, o autor fundamentou as suas afirmações, aproveitando para enobrecer as excelências de D. Cristóvão de Brito Lobo ao ter acolhido com benevolência os seus escritos:

*He attributo de ânimos generosos, não menos, disse Plutarcho, o offerecer grandezas liberal, do que aceitar pouquidades agradecido*¹²⁸.

Mencionado o revalorizado tópico renascentista da harmonização prestigiante das Armas e das Letras, Mateus Ribeiro aproveitou, deste modo, para enaltecer a ilustre descendência do dito senhor, da qual decorreriam todas as suas virtudes:

*He a generosidade em V. M. natural, como deduzida das duas preclaras fontes de seus Progenitores, que nas Armas, & Letras tanto resplandecerão. São as Armas, & as Letras os dous princípios, de que no mundo procedeo toda a Nobreza politica, que nos lusimêtos da Fidalguia se venera. (...) E se como disse Demosthenes, hum varão insigne costuma engrandecer a toda descendencia, que delle procede; com tanta maior razão se pôde V. M. gloriar de ter na sua dous auôs, que hum nas Armas, & outro nas Letras tanto a illustrarão*¹²⁹.

Sendo que, como se afirmou, a publicação desta parte da obra foi custeada por «Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca», destas últimas considerações se poderá concluir que a escolha de D. Cristóvão de Brito Lobo para dedicatário da I Parte do *Retiro de Cvidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, se deve à sua ascendência como forma de garantir o sucesso editorial da novela.

No mesmo ano, 1681, e do mesmo autor, era dada aos prelos a II Parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, dedicada a «Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.», também esta custeada por «Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca», mas impressa na oficina de

Chistovam de Brito Lobo. Ed. cit.

¹²⁸ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cvidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte*. [...] *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*. Ed. cit.

¹²⁹ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cvidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. I Parte*. [...] *Dedicado a Chistovam de Brito Lobo*. Neste passo da dedicatória o autor recorreu à inclusão de uma «fábula» para consolidar e acreditar a sua argumentação. Cita o exemplo de Júlio César, «primeiro Emperador da Monarchia Romana», que se fazia representar com uma espada na mão e com uma pena na outra, juntamente com um letreiro que dizia «Em hum, & outro he Cesar, porque não menos com a sabedoria das Letras, que com o valor inuicto das Armas, adquirio o Imperio do mundo». Os dois «progenitores» de D. Cristóvão de Brito Lobo a quem se refere Mateus Ribeiro são, pela via paterna, «O Capitão Mór Christouão Ferreira Lobo» que «seguio as Armas na India, em seruiço da Coroa deste Reyno», e, pela via materna, «O Doutor Ignacio Colaço de Brito» que «seguio as Letras, em que floreceo, sendo Caualleiro da Ordem de Christo, Desembargador, & Corregedor da Cortez».

Miguel Manescal¹³⁰. O discurso que consta desta dedicatória é praticamente idêntico ao que se encontra na dedicatória à I Parte do *Retiro de Cuidados*, pelo que o seu autor iniciou o texto afirmando que escolhera bem o dedicatário desta II Parte, justificando-se com a bondade deste último ao receber com tanta estima uma oferta de tão pouca valia e socorrendo-se do exemplo de Santo Ambrósio:

*Pera sahir a luz esta Segunda Parte do Retiro de cuidados, com grande accerto fiz eu eleição, de que fosse V. M. seu Mecenas, & singular patrono: piquena offerta à vista; porém muito grande na vontade. Hum animo generoso (diz Santo Ambrósio) põem os olhos no affecto, mais que na offerta, sabendo estimar em muito, o que nos limites do cabedal avulta pouco*¹³¹.

Neste sentido, Mateus Ribeiro não deixou também de fazer referência directa à protecção de Pedro Moniz Pereira quanto à publicação da II Parte do *Retiro de Cuidados*, sublinhando que «He V. M. seu generoso Mecenas, & assi pode apparecer seguro, pois lhe grangea, as confianças o venturoso auspicio

¹³⁰ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte. Composta Pelo P. Mathevs Ribeyro, Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.* [Gravura] Lisboa. Na officina de Migvel Manescal. *Com todas as licenças necessarias.* 1681. A custa de Manoel Lopes Ferreira, & Antonio Correa da Fonseca. As pesquisas effectuadas no sentido de encontrar informação relativa aos dados biográficos de Pedro Moniz Pereira revelaram-se infrutíferas. Descobriu-se, no entanto, que o exercício das suas funções é atestado num Alvará de Subrogação, datado de 26 de Setembro de 1699, constante da Chancelaria de D. Pedro II, o qual adaptámos e passamos a citar: «Alvará de Subrogação (26.9.1699) = Pedro Moniz Pereira Leiria = João Thomas Guersse = «Eu El Rey = Faço saber que Pedro Moniz Pereyra Leria me representou por sua petição que era administrador da Capella q. instituhira Donna Ellenna de Tovar moradora q. fora na Villa de Setuval e q. entre os bens vinculados a d^a Capp^a hera huás Cazas foreiras a Manoel Guterres na rua das flores desta Corte as quais por estarem m.^{to} danificadas queria sobrogar por hum juro de vinte e cinco mil r.s que no estanque do tabaco lhe offerecia João Thomaz Guersse de sesenta mil r.s de juro que havia Comprado a Donna Anna Lourença Justinianna Dourada como Constava da escriptura q. se juntava. Pedindome lhe fizesse m.ce coneder Alvará para o d^o efeito, e visto o mais q. alegou e informação, q. se houve pello Provedor dos Orfãos, e Capellas desta Cidade ouvindo o immediato suceor e P.es adonde se dizem as missas q. a este Requerimento não tiverão dúvida. Hey por bem fazer m.ce a supp.e que possa trocar as Cazas de q. faz menção sem embargo de Serem de Cappella sobrogando em seu lugar o juro de vinte e cinco mil r.s que dos d^{os} sesenta lhe offerece João Thomas Guersse no Estanque do tabaco, o qual júri fucará unido, e vinculado a d^a Cappella, e livre della as Cazas referidas e este Alvará se cumprirá como nelle se contem q. valerá posto q. seu efeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação do L^o 2^o tit^o 4^o em contr^o e se tresladará na escriptura q. se fizer desta troca e sobrogação, e no tombo, e instituição da d^a Cappella tirandosse pello Cons^o da faz^a padrã dos d^{os} vinte e cinco mil r.s para ficarem logo obrigados a ditta Cappella, e pagou de novos dir.^{ts} cinco mil r.s que se carregarão ao Thez^o delles a fls. 92 do L^o 1^o de sua Receita, e se registou o conhecim^o em forma no L^o 1^o do Reg^o G.al a fls. 92 = Andre Rodriguez da Silva o fez em Lx^a a dez de Agosto de mil seiscentos noventa e nove. Jozeph Fagundes Bezerra o fez escrever. Rey = Manoel Lopez de Oliveira, Manoel da Costa de Almeida = João de Roxas e Azevedo = Pagou quatrocentos r.s aos off.es trez.t^{os} e dez r.s = Lx^a 26 de Set^o de 1699 = Dom Francisco Maldonado = E comigo M.el Sobr^o da Cruz = L.do Antonio de Mendonça». In I.A.N./T.T., Chancelaria de D. Pedro II, Doações, L^o 53, fls. 205. Cf. NEMÉSIO, Gonçalo de Andrade Pinheira Monjardino — *Familias Italianas em Portugal* – Ghersi (a publicar).

¹³¹ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A.* Ed. cit.

de seu nome»¹³². Ao reflectir sobre as dificuldades que teve para ver impresso este seu texto, Mateus Ribeiro introduziu nesta dedicatória uma «fabula», de molde a poder relatar as circunstâncias adversas a que teve de fazer frente para ser bem sucedido sem que por isso fosse punido pela Inquisição. Assim, tal como «Temia o pobre pescador Amiclas atravessar os procelossos golfos do mar Adriatico no fragil de sua piquena barca, em que levava César sem conhecello», por ser «a noite escura», «inquieto o mar», «furioso o vento», ameaçarem «as ondas submersão â barca atrevida, piquena ponte pêra tão árdua passagem, era a vella incapaz pêra largarse, & os remos innuteis pera assegurar navegação tão arriscada, o Ceo fechado com nuvens naõ mostrava o farol, nem da menor estrella, tudo annunciava perigos, & nada prometia boñaças»¹³³, também Mateus Ribeiro (a «barca atrevida»), simultaneamente elemento da Igreja e autor de novelas de entretenimento, teve medo e encontrou grandes barreiras («perigos») para poder alcançar a tão desejada publicação da II Parte do *Retiro de Cuidados* («piquena ponte pêra tão árdua passagem»). No entanto, se Amiclas encontrou em César o seu protector no momento em que quase desistia da missão a que se propusera – «Quiz arribar â terra intimidado Amiclas, porém o animoso Cesar até entaõ desconhecido lhe bradou, dizendo: de que temes pescador? Conhece, que contigo levas a Cesar, & com elle os favores da ventura»¹³⁴ – Mateus Ribeiro encontrou igualmente essa protecção na pessoa de D. Pedro de Moniz – «Naõ de outra sorte pode sahir confiado este Retiro a navegar os golfos de tão varios juízos, pois leva por guia o patrocínio de V. M. que com o discreto de sua aceitação o assegura»¹³⁵. Neste último passo que transcrevemos, o autor refere não só o longo processo administrativo pelo qual passavam os livros no século XVII antes de serem publicados, como ainda as entidades intervenientes nesse mesmo processo: ambos sintetizados na expressão «golfos de tão vários juízos». Numa relação de intertextualidade com o «Prologo ao Leytor» da mesma edição da II Parte do *Retiro de Cuidados*, Mateus Ribeiro entrou novamente no campo da defesa da ficção narrativa em prosa seiscentista e dos seus autores no caminho do *prodesse ac delectare*, tendo associado a esta questão um elogio às qualidades intelectuais do seu dedicatário com fundamentação nos autores da Antiguidade Clássica:

He em V. M. a benignidade natural, & o juízo grande: mui versado na

¹³² RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³³ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁴ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁵ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

*continua lição dos livros, discreto exercício, em que se aproveita o melhor tempo, pois como disse o Seneca, os engenhos se apurão, & alimentaõ com a frequêcia da lição dos livros; a quem Plínio chamou divertimento das moléstias, & alivio das dores*¹³⁶.

Por fim, agradeceu a D. Pedro Moniz Pereira a estima demonstrada pelo seu *Retiro de Cuidados*, despedindo-se com a fórmula habitual da época, identificando-se como seu Capelão:

*E como tal fazendo deste Retiro estimação, fica engrandecendo o felice de seu credito, & o seguro de sua confiãça, përa largar as vellas no patrocínio de V. M. cuja pessoa Deos nosso Senhor guarde por felices annos, &c*¹³⁷.

A III Parte do *Retiro de Cuidados*, *E Vida de Carlos*, *E Rosavra*, composta igualmente pelo Padre Mateus Ribeiro, saiu da oficina lisboeta de Manuel Lopes Ferreira no ano de 1697, tendo sido dedicada a *Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*¹³⁸. Desta primeira edição não consta o texto da dedicatória, pelo que é na Folha de Rosto da mesma que se identifica o seu dedicatário. No entanto, é curioso notar que, na edição *princeps* da IV e última Parte desta obra, impressa alguns anos antes (1689) por motivos que ignoramos, na mesma oficina e à custa de «António Correa da Fonseca», o dedicatário é também Diogo de Vasconcellos e o texto laudatório nela inserido dá conta da benevolência com que este recebera já a oferta da III Parte do *Retiro de Cuidados*¹³⁹. Justifica assim o autor o facto de dedicar novamente a IV e última Parte desta sua obra a Diogo de Vasconcellos:

*Com hũa cortezia tão illustre, & com hum coração tão fidalgo, aceitou V. M. o ser generoso Mecenas da Terceira Parte deste Rei de cuidados, que lhe offereci; que me concedêo confiãças de lhe dedicar o fim deste Retiro, por ser obra de todos esperada, & desejada*¹⁴⁰.

¹³⁶ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁷ RIBEIRO, Mateus (1681) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra, II Parte*. [...] Dedicado a Pedro Moniz Pereyra, Moço Fidalgo da Casa de S. A. Ed. cit.

¹³⁸ RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. III Parte, composta Pelo P. Matheus Ribeyro, Theologo, Prêgrador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*. [Gravura] Lisboa. Na officina de Manoel Lopres Ferreyra. M.DC.XC.VII. Com todas as licenças necessárias.

¹³⁹ RIBEIRO, Mateus (1689) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte. Composta Pelo P. Matheus Ribeyro, Theologo, Prêgador deste Arcebispado, & natural de Lisboa. Dedicada a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de S. Magestade, &c*. Anno [Gravura] 1689. Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Na officina de Manoel Lopres Ferreira. A custa, de Antonio Correa da Fonseca. Com Privilegio Real.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte*.

Neste último passo o autor aponta claramente para o sucesso editorial alcançado pela publicação das restantes Partes do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra*, motivo pelo qual os seus leitores desejariam então a impressão de uma última Parte que desse fim à novela. No início da dedicatória da IV e última Parte desta obra, recorreu Mateus Ribeiro a Aristóteles e Quintiliano, autores da Antiguidade Clássica, para saudar e enaltecer as virtudes do dedicatário, já que seriam essas qualidades que enobreceriam a conclusão do *Retiro de Cuidados*, favorecendo a sua divulgação e aceitação entre o público-leitor:

Se como diz Aristóteles, o fim tem por attributo das obras, não só ser a clausula, que as termina, mas a coroa, que as ennobrece, & o timbre, que as illustra, porque, como escreve Quintiliano, o fim he o que dà luz aos principios, & aos meynos. Pois sem este, tudo fica indifferente, & em suspensão confusa: pareceu-me que era de minha obrigação o dedicar a V. M. o patrocínio desta Quarta, & final Parte do meu Retiro de cuidados¹⁴¹.

Mais adiante, apoiando-se em Cícero, introduziu o autor o tópico da vontade com que dedicou esta última parte do *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra* a Diogo de Vasconcellos, seu mecenas e patrocinador, tendo explicitado que não é no tamanho das ofertas que se deve avaliar os intuitos com que são atribuídas, mas sim no seu valor e, sobretudo, na estima que se tem a quem são dedicadas:

Abriu as portas da vontade, diz Cicero, a conceder hum favor hum animo grandioso, he franqueallas para côceder outros, & com esta ousadia offereço a V. M. neste volume pequeno, o memorial de hũa vontade grande. Não consiste o valor só no que avulta a grandeza das cousas, porém na estimação. Pequeno he o diamante no que avulta, & pequena a perola no que mostra, & com tudo tem o diamante em corpo pequeno muita luz, & a perola em pouca luz excessiva estimação. O diamante tem a genealogia de seu nascimento nos brilhantes resplandores do Sol, sendo filho de seus rayos, ainda que nas minas da terra nascido, & por isso sendo hum átomo de seus resplandores, adquire tanto valor. E a perola por ser lagryma da Aurora no berço de seu nácar cahida, & no centro do mar congelada logra tão subida estimação¹⁴².

[...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

¹⁴¹ RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. Quarta, & Ultima Parte.*

[...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

¹⁴² RIBEIRO, Mateus (1697) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosavra. Quarta, & Ultima Parte.*

[...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

Após estas considerações, reafirmou Mateus Ribeiro o sucesso que esta sua publicação alcançaria uma vez atribuída em dedicatória a *Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade*, terminado o texto cumprimentando-o em idênticos moldes às outras duas dedicatórias do *Retiro de Cuidados* (I e II Partes):

*Este pequeno volume, que a V. M. dedico, tem o solar na grandeza da vontade, com que lho offereço, & confio eu que da benévola aceitação de V. M. lhe resultará o mayor abono, & com os felices auspícios de tão preclaro Mecenas, logrará repetidas as venturas, a quem Deos guarde, & prospere como desejo*¹⁴³.

A edição de 1724 da novela do Padre Mateus Ribeiro, intitulada *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre e Jacinta*, cujas duas primeiras Partes são publicadas em volumes diferentes, embora ambas tivessem sido impressas no mesmo ano, em Lisboa, na oficina de Filipe de Sousa Vilela, são oferecidas pelo impressor «Ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Conselho d'El Rey Nosso Senhor, & do de sua Real Fazenda, seu Secretário, & Juiz da Inconfidencia, & das Justificações, & Secretario da Augustissima Rainha Nossa Senhora, Vêdor de sua Fazenda, & Estado, Chanceler Mór de sua Casa, & do da Suplicação, Prezidente do Conselho da dita Senhora, & digníssimo Regedor das Justiças, &c»¹⁴⁴. Partindo do título, é precisamente com base nos elogios prestados aos cargos ocupados pelo senhor António de Basto Pereira que o autor da dedicatória da I Parte da *Roda da Fortuna* justifica o facto de lha oferecer, nunca deixando de se afastar do já habitual argumento da vontade com que o fez e da benevolência com que foi recebido:

Breve lamina para gravar o excelso nome de V. Senhoria he este livro à vista da limitação do seu corpo mas bem proporcionada he à vista da verdade do seu titulo, pois na Roda da Fortuna aparece aquelle mesmo circulo, que a Mathematica reconhece adequada figura do Mundo todo. Represente pois o circulo desta Roda a todas as distancias terrenas, que o esclarecido Protector, que a ampara domina toda a sua desigual volubilidade com a recta administração da justiça; cuja enteyreza, (a pesar da sua mesma inflexibilidade,) para premtar beneméritos, & castigar delinquentes, he também sempre hum perpetuo gyro. E se a modestia de Vossa Senhoria lhe mandar suspender esta representasão, não pôde deyxar o meu affecto de lhe pedir outra: tambem a figura da Coroa, tem esta Roda; pois para premio

¹⁴³ RIBEIRO, Mateus (1689) — *Retiro de Cuidados, E Vida de Carlos, E Rosaura. Quarta, & Ultima Parte*. [...] Dedicado a Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa de Sua Magestade. Ed. cit.

¹⁴⁴ As informações relativas aos cargos ocupados pelo Sr. António de Basto Pereira foram por nós confirmadas em consulta efectuada à *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Tomo XXI, p. 120, na seguinte entrada: «PEREIRA (António de Basto). Jurisconsulto do séc. XVIII. Foi secretário de D. João V e de seu Conselho e do da Fazenda, secretário da rainha D. Maria Ana de Áustria, juiz da Inconfidência, chanceler da Relação e por muitos anos regedor das justiças»; estabelecendo-se a partir destas uma possível relação com a obtenção das licenças de impressão da presente novela.

*das promptissimas satisfaçoens, que o venerado talento de Vossa Senhoria dá aos gravissimos diferentes empregos que logra, glorifica, & preciosa Coroa seja esta Roda da Fortuna*¹⁴⁵.

Já na dedicatória à II Parte da *Roda da Fortuna*, Filipe de Sousa Vilela reforçou a convicção com que dedicara a I Parte da obra ao senhor António de Basto Pereira, pelo que também o elegeu para ser o mecenas desta II Parte:

*Prosegue a Roda da Fortuna a representação da sua inconstancia nos sucessos deste livro, & juntamente a representação da sua firmeza na eleição desta Dedicatoria, pois segunda vez para lhe dar proctecção procura a esclarecida pessoa de Vossa Senhoria sim he para admirar, que desejando todos os pertendentes o amparo da fortuna, solicite ella o de Vossa Senhoria para suas rodas.*¹⁴⁶

Sobre as possíveis intervenções do dito senhor quanto à obtenção das licenças para esta II Parte desta novela de Mateus Ribeiro voltam a estar em evidência os cargos ocupados por António de Basto Pereira, já que Filipe de Sousa Vilela afirmou claramente no texto da dedicatória que

*[...] de Vossa Senhoria dependem os seus movimentos, pois vè nas suas mãos, pena, que para os agitar he apressado voo, & vara, que para os suspender he poderoso cravo (...) pois como tem a fortuna, & grande fortuna do patrocínio de Vossa Senhoria esta roda, esta roda por esta causa he a verdadeyra habitação da fortuna*¹⁴⁷.

Cinco décadas antes, em 1673, era dedicada a D. Margarida Juliana de Távora, filha dos Senhores Condes de São Miguel, a obra *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*, de Gerardo de Escobar. No texto laudatório dirigido à dedicatória, em estilo simples e humilde, o autor começou por referir que terá sido ela a sua protectora, pelo que afirmou:

Ninguem estranharà que estas rusticas flores do meu Iuizo busquem em V. Senhoria os rayos do mais galhardo Sol; as influencias da mais bella Aurora; &

¹⁴⁵ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Primeyra Parte, Composta pelo Padre Matheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias.

¹⁴⁶ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, Composta pelo Padre Matheus Ribeyro, Theologo, Prègador natural de Lisboa. Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Lisboa Oriental. Na officina de Felipe de Sousa Vilella. Anno de M.DCCXXIV. Com todas as licenças necessárias.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Mateus (1724) — *Roda da Fortuna, E Vida de Alexandre, E Jacinta, Segunda Parte, [...] Offerecida ao Senhor Antonio de Basto Pereyra, Do Concelho d'ElRey Nosso Senhor, & do de Sua Real fazenda, seu Secretario, & Juiz da Inconfidencia, &c.* Ed. cit.

*os verdores da mais linda primavera*¹⁴⁸.

Tal como se tem constatado na exegese de outros textos dedicatórios endereçados aos mecenas das obras impressas no século XVII, também neste Gerardo de Escobar justificou a oferta dos *Cristaes da alma*, apesar da sua «pequenes», na bondade e benevolência com que foram recebidos, sobretudo tratando-se D. Margarida Juliana de Távora de uma senhora nobre:

*Naõ temem, que, a pequenes da oferta dezarme em offensas o que o affecto fabricou para lizonja, vendo que o Sol com taõ beneuolos rayos corõa de resplandores a grosseira espadana que o jasmim polido. Se a luz de huma vella recambia em estragos os rendimentos da borboleta, he que o seu nascimento lhe não dictou maiores bizarrias; Filha de hum pauio obra pellas qualidades da cera humilde, que a alimenta, conforme à de seus avõs abelhas, & flores agrestes; mas o Sol, que tem por solar a primeira luz recebe com cortezes agazalhos os grosseiros affeitos do girasol. Disse Licurgo que os Deuses formaraõ aos Principes de pedaços de Sol. V. Senhoria tendo por ascendentes as luzes do mais generozo sangue de Portugal, ha de aceitar benigna as grosserias que lhe offerece meu affecto*¹⁴⁹.

Proseguiu o autor referindo que estes seus *Cristaes da alma*, ainda que oferecidos a D. Margarida Juliana de Távora, não deixariam, com certeza, de ser igualmente recebidos por outras pessoas, pelo que afirmou:

*Naõ entendo que V. Senhoria estrague o tempo que emprega em tão luzidias applicaçoes em terrestres dezalinhos; mas como o escrevi à instancia de varias pessoas, & me derão estes assumptos, quero que agora a minha penna faça esta lizõja ao meu gosto, & à minha obrigação para que emmendem bem offerecidos o dizer de mal escritos*¹⁵⁰.

Não perdeu, contudo, a oportunidade para elogiar a ilustríssima senhora a que votava esta sua obra:

¹⁴⁸ ESCOBAR, Gerardo de (1673) — *Cristaes da alma, frases do coraçam, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos. Escreveos Gerado Escobar, Offerecidos À Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*. [Gravura] Lisboa: na officina de loam da Costa, M.DC. LXXIII. Com todas as licenças necessarias. Sobre a biografia desta senhora nada se conseguiu encontrar. No entanto, cremos que terá sido irmã de D. Álvaro José Botelho de Távora, 2.º Conde de São Miguel, sendo ambos filhos do 1.º Conde de S. Miguel, D. Francisco Nuno Álvares Botelho [cf. AA.VV. (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de São Miguel». Ed. cit., vol. II, p. 339-342 (339)].

¹⁴⁹ ESCOBAR, Gerardo (1673) — *Cristaes da alma, frases do coraçam, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. [...] *À Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*.

¹⁵⁰ ESCOBAR, Gerardo (1673) — *Cristaes da alma, frases do coraçam, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. [...] *À Illustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*.

*O aplauzo das prendas de V. Senhoria não pode caber na pequena taboa deste papel quando tem a admiração por obelisco. V. Senhoria as logre com as felicidades que merece, que o meu affecto lhas não podezejar maiores. Como em V. Senhoria se unirão a beleza, & a discrição, ordinariamente entre si mal auindas, também espero que V. Senhoria veja Portughal a nouidade das prendas venturosas*¹⁵¹.

Em 1674, um ano depois da publicação dos *Cristaes da Alma* é dada aos prelos uma outra novela do mesmo autor, Gerardo de Escobar, intitulada *Doze Novelas*, por sua vez *Offerecidas Ao Ilustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Joseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel*¹⁵². Esta é a edição *princeps*, da qual, de acordo Barbosa Machado e Inocêncio, se desconhecem novas reedições¹⁵³. As várias tentativas por nós encetadas para encontrar a primeira edição das *Doze Novelas* revelaram-se infrutíferas, pelo que na presente dissertação nos é também impossível fazer referência aos vários paratextos que possivelmente nela estariam incluídos. No entanto, através de um trabalho realizado pela Doutora Ana Cristina Moura Marques Gonçalves Fontes¹⁵⁴, mencionado já anteriormente, foi possível entrar em contacto com o frontispício da mesma. É nele que se encontra, entre outras informações, a referência ao dedicatário das *Doze Novelas*, o senhor Álvaro José Botelho de Távora, 2.º Conde de São Miguel, «que morreu a 22-IV-1724, filho do 3.º casamento do 1.º Conde. Sucedeu a seu pai e, como ele, foi varão insigne nas Letras e nas Ciências. Foi governador da Guiné. Encontra-se o seu nome inscrito na Irmandade do Senhor dos Passos da Graça em 5-III-1688. Casou com D. Antónia Luía de Bourbon, dama do Paço, já viúva de Fernando Mascarenhas, comendador de Aljustrel e de Alcácer do Sal, na Ordem de Cristo, filha dos 3.ºs Condes dos Arcos; c. g. O título foi-lhe concedido por Carta de 5-XI-1687 (D. Pedro II)»¹⁵⁵. Pela posição social do referido dedicatário e pelo gosto revelado pelas letras e ciências se poderá dizer que a escolha de Gerardo de Escobar terá

¹⁵¹ ESCOBAR, Gerardo (1673) — *Cristaes da alma, frases do coração, Rhetorica do sentimento, Amantes desalinhos*. [...] *À Ilustrissima Senhora, a Senhora D. Margarida Ivliana de Tavora, Filha dos Senhores Condes de S. Miguel*.

¹⁵² ESCOBAR, Gerardo de (1674) — *Doze Novelas escreveas Gerardo de Escobar, I Parte. Offerecidas Ao Ilustrissimo Senhor, o Senhor Alvaro Joseph Botelho de Tavora, Primogenito dos Senhores Condes de S. Miguel*. [Gravura] Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. M.DC.LXXIV. Com todas as licenças necessárias.

¹⁵³ MACHADO, Diogo Barbosa (1965-1967) — *Bibliotheca Lusitana: historia, critica, e cronológica, na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Ed. cit.: Tomo I, p. 260; e, SILVA, Inocêncio Francisco da (1858) — *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo I, p. 128 e 129.

¹⁵⁴ FONTES, Ana Cristina Moura Marques Gonçalves (1993) — *As «Doze Novelas» de Gerardo de Escobar*. Ed. cit.

¹⁵⁵ Cf. AA.VV (1984) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. «Condes de São Miguel». Ed. cit., vol. II, p. 339-342 (339).

sido intencional. Nele deve ter procurado protecção para a impressão das suas *Doze Novelas*, tanto mais que, como já se disse, o autor, de seu nome próprio Frei António de Escobar, terá sido alvo das mais apertadas censuras.

Por último, em 1682 apareceria a *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito*, do Padre Alexandre de Gusmão, oferecida *Ao Peregrino Celestial, S. Francisco de Xavier, Apostolo do Oriente*¹⁵⁶. Trata-se esta da edição *princeps* da novela, tendo sido a mais editada na altura. Como jesuíta, Alexandre de Gusmão terá escolhido para dedicatário da sua novela S. Francisco de Xavier pelo exemplo de vida que o mesmo representava na época de Seiscentos, sobretudo do ponto de vista da evangelização; valerá a pena notar que, ao tempo, Francisco Xavier já era Santo desde 1622, funcionando como um exemplo prestigiante de jesuíta evangelizador, no contexto problemático que era o Brasil. Através de centenas de cartas enviadas pessoalmente para a Europa e com um serviço permanente de informações periódicas dos seus colaboradores, conseguiu despertar, em todos os centros da Cristandade, inclusivamente na Alemanha do século XVII, um irremediável e crescente surto de vocações missionárias¹⁵⁷:

*Injusto foi, Glorioso Apostolo do Oriente, que seguindo este meu Peregrino vossos passos, como luz que sois de Peregrinos, so debaxo de vossa protecção sabisse a luz, para que assim no roteiro de vosso exemplo se leão mais bẽ compostos os acertos de seu caminho. [...] Peregrino fostes que sabindo do Egipto para a Cidade de IESV, correstes como sol allumiando tantas terras com luzes peregrinas de celestias virtudes até chegar á doce Patria de Ierusalem do Ceo, como Predestinado Peregrino: por isso tomais tanto á vossa conta os peregrinos, que para lá caminhaõ, que sendo já cidadão daquella Patria, appareceis ainda como *ij Peregrino cá na terra, para que na semelhança lhes mostreis o amor, & nos ensineis a todos o caminho para lá chegar*¹⁵⁸.

No último passo da dedicatória, Alexandre de Gusmão solicita, então, a S. Francisco Xavier que proteja esta sua novela com vista ao proveito do público:

*E já que este foi sempre, ou neste desterro, ou nessa Patria a vossa principal empresa, fazei vosso este meu trabalho, para que seja como os vossos proveitozo ás almas, como espero*¹⁵⁹.

¹⁵⁶ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf. «Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».

¹⁵⁷ AA.VV. (1969) — *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Verbo, vol. 8, p. 1580-1583.

¹⁵⁸ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf. «Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».

¹⁵⁹ GUSMÃO, Alexandre de (1682) — *Historia do Predestinado Peregrino e sev irmão Precito*. Ed. cit., cf.

Conclusão

Perante a análise prática a que nos propusemos ao longo deste artigo, procurando estudar detidamente o *corpus* textual de paratextos relativos a onze novelas seiscentistas de oito autores portugueses, procurámos, tanto quanto possível, contribuir para a clarificação de alguns dos problemas suscitados no âmbito desta questão. Num balanço de conjunto sobre o que fica dito nas páginas anteriores, várias são as conclusões a que chegámos. Na impossibilidade de as enumerar a todas, vamos mencionar apenas as mais significativas, uma vez que o presente estudo não pode nem deve considerar-se exaustivo, dada a vastidão dos temas e assuntos versados. Ficarão assim alguns caminhos deixados para mais tarde se retomar o seu percurso.

Da exegese encetada aos textos preliminares do *corpus* textual apresentado, ficou claro que os paratextos se assumiam como o lugar privilegiado para a inscrição das exigências das diversas instituições que à época regiam a actividade editorial, bem como para a apresentação e/ou representação da relação de uma obra com o seu tempo e os seus leitores. Questionar esses paratextos, ou seja, a própria materialidade do livro, permitiu-nos traçar não apenas um esboço elucidativo das práticas de escrita presentes nas páginas iniciais das obras em causa, como ainda identificar o horizonte de expectativas dos leitores coevos.

Neste sentido, esclareceu-se que a progressiva transformação da escrita em objecto de leitura condicionou o estabelecimento das ligações existentes entre os agentes envolvidos no processo administrativo pelo qual passavam todos os livros do «século de ouro», desde o autor, ao mecenas, ao censor, ao editor, ao impressor e ao leitor, e conduziu, não raras vezes, à sua inscrição nos paratextos desses mesmos livros. Dos prólogos ao leitor, às dedicatórias e licenças das obras de Seiscentos é possível encontrar marcas bem precisas das condições em que se operava a escolha do texto, a sua publicação e distribuição. Este aspecto permite-nos mesmo afirmar que é nos paratextos que se expõem as etapas da transformação da escrita em objecto de leitura: a passagem do manuscrito ao texto impresso, e, por fim, a apropriação por parte do leitor é aí apresentada, recontada e moldada em matéria narrativa.

De tudo quanto foi dito – e muito ainda haverá para investigar nesta área da ficção narrativa em prosa, em Portugal, – julgamos poder concluir da pertinência do estudo dos paratextos como elementos essenciais para a compreensão da circulação, da leitura e dos múltiplos sentidos textuais.

Artigo recebido em 24/05/2012

Aceite para publicação em 01/06/2012

«Ao Peregrino Celestial, S. Francisco Xavier, Apostolo do Oriente».